JOSÉ GIVALDO DE SOUSA

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

EM SALA DE AULA:

Um processo em construção

GEASE

José Givaldo de Sousa

A língua brasileira de sinais em sala de aula: um processo em construção

Gease ~ **2026**

CONSELHO EDITORIAL

Patrício Borges Maracajá - UFCG
Tatiana Cristina Vasconcelos - UEPB
Ennio Artur Aires Porto Ferreira - UNIFIP
Aline Carla de Medeiros - UFCG
José Ozildo dos Santos - UFCG
Aline Carla de Medeiros - UFCG
José Givaldo de Sousa - UNIFACISA/PMJP
Danielly Carneiro de Azevedo - UFCG
Fernando Kidelmar Dantas de Oliveira - UFCG
Jakson Luís Galdino Dourado - UNIFIP
Alecksandra Vieira de Lacerda - UFCG
Silvia Regina Gobbo Rodrigues - UnB
Juliana Roriz Aarestrup - IFMT
Marisa Artmann – IFMT
Ênnyo José Barros de Araújo - FRCG
Samara Campos de Assis - UNIFIP
Rosângela Vieira Freire – IFCE
Eriana Serpa Barreto - UFMT

Ficha Catalográfica

Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER

L755

A Língua Brasileira de Sinais em sala de aula: um processo em construção. / José Givaldo de Sousa. - Campina Grande - PB: GEASE, 2026.

148 p.
Livro digital
ISBN: 978-65-02-22276-8

1. Língua Brasileira de Sinais. 2. Educação de surdos. 3. Inclusão social. I. Título. II. Sousa, José Givaldo.

21. ed. CDD 371.912-7

"Não é a surdez que define o destino das pessoas, mas o resultado do olhar da sociedade sobre a surdez".

Vygotsky

A língua brasileira de sinais em sala de aula: um processo em construção

Sumário

Apresentação..... 17

Como os surdos foram percebidos e tratados ao longo da história..... 19

Dos primórdios da humanidade ao mundo grego..... **19**

O mundo greco-romano e a construção histórica da exclusão..... **25**

Experiências contrastantes na Antiguidade: Roma tardia, Egito, tradição judaica e outras concepções sobre a surdez..... **31**

As primeiras iniciativas em prol da educação dos surdos..... 45

Exclusão jurídica, influência religiosa e os primeiros fundamentos da educabilidade dos surdos..... **45**

Humanismo, Renascimento e a descoberta da educabilidade dos surdos..... **52**

Pedro Ponce de León, Juan Pablo Bonet e a consolidação inicial da educação formal dos surdos..... **60**

L'Épée, oralismo, Congresso de Milão e a

construção do bilinguismo..... **66**

A educação de surdos no Brasil: Origens, consolidação e desafios históricos..... 71
O início da educação de surdos no Brasil..... **71**
Eduard Huet e sua contribuição pioneira..... **78**
A criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos..... **82**
O método combinado e o surgimento da Língua Brasileira de Sinais..... **83**
A consolidação do Instituto Nacional de Educação de Surdos..... **85**
A saída de Eduard Huet e o período de crise..... **86**
A chegada de Tobias Rabello Leite..... **88**
Uma visão humanista da educação de surdos..... **91**
A expansão da Libras pelo território nacional..... **92**
Flausino José da Gama e a valorização da Língua de Sinais..... **93**
O legado cultural da *'Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos'*..... **94**
O impacto do Congresso de Milão na educação de surdos..... **96**
O relatório de Moura e Silva..... **97**
A implantação do Oralismo no início do século XX e suas consequências..... **98**
A resistência da comunidade surda..... **101**
Novas instituições e a expansão da educação de surdos no século XX..... **101**

O Instituto Educacional de São Paulo e a formação de profissionais..... **103**
A influência da visão medicalizada da surdez..... **104**
O fortalecimento da comunidade surda brasileira..... **105**
A Comunicação Total..... **105**
O surgimento do Bilinguismo..... **106**
FENEIDA, FENEIS e a mobilização política dos surdos..... **107**
O reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais..... **108**

A Língua Brasileira de Sinais: promoção da cidadania e inclusão social..... 111
O reconhecimento da Libras e seus impactos na inclusão social da pessoa surda..... **113**
Educação bilíngue, inclusão escolar e o papel da Libras na formação cidadã da pessoa surda..... **119**
Libras, identidade surda, cultura, cidadania e desafios para uma sociedade verdadeiramente inclusiva..... **126**

Concluindo..... 135

Bibliografia..... 141

Apresentação

José Ozildo dos Santos
Professor universitário

A obra A ***Língua Brasileira de Sinais em Sala de Aula: um Processo em Construção***, do professor José Givaldo de Sousa, chega ao público em um momento particularmente significativo para a educação brasileira. Em tempos nos quais a inclusão deixou de ser apenas um ideal para tornar-se uma exigência ética, pedagógica e legal, refletir sobre a presença da Libras no ambiente escolar tornou-se tarefa indispensável para todos aqueles que acreditam em uma escola verdadeiramente democrática. Este livro oferece exatamente essa reflexão: sólida, historicamente fundamentada e comprometida com a valorização da pessoa surda.

Mais do que apresentar informações sobre a Língua Brasileira de Sinais, o autor reconstrói uma longa trajetória histórica que permite compreender como a sociedade tratou os surdos ao longo dos séculos. Desde as interpretações religiosas e filosóficas da Antiguidade, passando pelas experiências medievais, pelos primeiros esforços de educabilidade no Renascimento e pela consolidação das escolas especializadas, até chegar às conquistas contemporâneas da comunidade surda, o leitor é conduzido por um percurso histórico amplo e cuidadosamente organizado.

Essa reconstrução histórica revela que a exclusão dos surdos não foi consequência natural da surdez, mas resultado de concepções culturais, jurídicas e sociais que, durante muito tempo, negaram a essas pessoas o reconhecimento pleno de sua humanidade.

Um dos grandes méritos do livro está justamente em demonstrar que a história da educação de surdos é também a história da luta pelo reconhecimento da diferença. Ao recuperar personagens fundamentais como Pedro Ponce de León, Juan Pablo Bonet, Charles-Michel de L'Épée, Samuel Heinicke e, no contexto brasileiro, Eduard Huet, o professor José Givaldo de Sousa evidencia que os debates sobre oralismo, língua de sinais, comunicação total e bilinguismo não são apenas discussões metodológicas. Trata-se de disputas sobre concepções de sujeito, de linguagem e de cidadania. A obra permite perceber que cada mudança educacional trouxe consigo diferentes formas de compreender o lugar da pessoa surda na sociedade.

No caso brasileiro, o texto destaca com precisão o papel decisivo do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, posteriormente transformado no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na formação da comunidade surda e no desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais.

A presença de Eduard Huet, professor surdo francês convidado por D. Pedro II, aparece como marco fundador de um processo que, ao longo de mais de um século e meio, conduziria ao reconhecimento legal da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e à sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005. Ao narrar esse percurso, o autor demonstra que as

conquistas atuais resultam de uma longa história de resistência, organização coletiva e produção de conhecimento.

Outro aspecto digno de destaque é a forma como o livro articula história, legislação e prática educacional. A análise das políticas públicas relacionadas à Língua Brasileira de Sinais não aparece isolada do cotidiano escolar. Pelo contrário, o autor insiste na ideia de que a inclusão do aluno surdo exige muito mais do que a presença de um intérprete ou o cumprimento formal da legislação. Exige formação docente adequada, reconhecimento da Libras como língua de instrução, valorização da cultura surda e reorganização das práticas pedagógicas. Ao tratar a presença da Libras em sala de aula como *"um processo em construção"*, o livro convida educadores, gestores e formuladores de políticas públicas a compreenderem que a inclusão é dinâmica, permanente e coletiva.

A obra também se destaca pela forma equilibrada com que apresenta os diferentes modelos educacionais que marcaram a história da surdez. O leitor tem a oportunidade de conhecer os fundamentos do oralismo, os princípios da comunicação total e as bases do bilinguismo, compreendendo os avanços, limitações e impactos de cada uma dessas abordagens. Essa perspectiva histórica permite compreender que a educação de surdos não se desenvolveu de maneira linear, mas por meio de debates, disputas teóricas, mudanças de paradigma e reivindicações protagonizadas pela própria comunidade surda.

Ao longo dos capítulos, evidencia-se ainda a importância da Língua Brasileira de Sinais como elemento

central da identidade cultural surda. Mais do que um instrumento de comunicação, a língua de sinais é apresentada como patrimônio linguístico e cultural construído historicamente por gerações de surdos. Nesse sentido, o livro contribui para desconstruir concepções equivocadas que ainda persistem em alguns espaços sociais e educacionais, reafirmando o reconhecimento da Libras como língua legítima, dotada de estrutura gramatical própria e plenamente capaz de expressar qualquer conceito, conhecimento ou experiência humana.

A linguagem adotada pelo professor Givaldo merece igualmente reconhecimento. Embora sustentado por ampla pesquisa histórica e dialogando com importantes estudiosos da área, o texto mantém clareza expositiva, objetividade e acessibilidade. Tal característica amplia significativamente o alcance da obra, tornando-a útil não apenas para pesquisadores e especialistas, mas também para professores da educação básica, estudantes de licenciatura, intérpretes de Libras, gestores educacionais e demais profissionais interessados na construção de práticas inclusivas.

Além disso, o livro oferece uma contribuição relevante para a formação inicial e continuada de professores. Em um contexto no qual a educação inclusiva ocupa posição de destaque nas discussões educacionais contemporâneas, compreender a trajetória histórica da comunidade surda e os fundamentos da educação bilíngue torna-se indispensável para aqueles que atuam ou pretendem atuar em ambientes educacionais inclusivos.

Por fim, esta obra reafirma uma verdade fundamental: reconhecer a Libras significa reconhecer sujeitos, histórias, culturas e formas particulares de perceber e interpretar o mundo. A educação de surdos não pode ser compreendida apenas como uma questão técnica ou metodológica: ela envolve direitos humanos, cidadania, identidade cultural e justiça social. Ao reunir reflexão histórica, análise educacional e compromisso com a inclusão, '***A Língua Brasileira de Sinais em Sala de Aula: um Processo em Construção***' constitui uma contribuição valiosa para a educação brasileira e para os estudos da surdez.

Trata-se de uma obra necessária, atual e profundamente comprometida com a construção de uma sociedade mais inclusiva. Sua leitura, certamente, ampliará a compreensão de todos aqueles que acreditam que a educação deve ser um espaço de respeito às diferenças, de valorização da diversidade humana e de promoção da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, o livro do professor José Givaldo de Sousa ultrapassa os limites da discussão sobre a Língua Brasileira de Sinais e convida o leitor a refletir sobre o próprio significado da educação em uma sociedade democrática e plural.

Campina Grande-PB,
junho de 2026

Como os surdos foram percebidos e tratados ao longo da história

Dos primórdios da humanidade ao mundo grego

Embora a humanidade tenha alcançado extraordinários avanços científicos, tecnológicos e sociais, a convivência com as diferenças ainda constitui um desafio permanente. Ao longo da história, diferentes grupos humanos foram submetidos a processos de exclusão, invisibilidade e marginalização. Entre esses grupos encontra-se o povo surdo, cuja trajetória histórica revela um longo percurso marcado por interpretações religiosas, concepções filosóficas e construções culturais que, em muitos momentos, limitaram sua participação na vida social.

Ainda nos dias atuais, apesar da consolidação de direitos e do fortalecimento das políticas inclusivas, persistem obstáculos relacionados ao reconhecimento pleno da diversidade humana. Diante desse cenário contemporâneo, torna-se pertinente lançar um olhar retrospectivo e investigar como os surdos foram percebidos e tratados nas primeiras civilizações humanas.

Os registros históricos sobre a surdez nos períodos mais remotos da humanidade são escassos. A ausência

documental, contudo, não significa ausência de existência. Os surdos sempre estiveram presentes nas sociedades humanas. Sua invisibilidade histórica decorreu, em grande medida, do fato de que nem sempre foram reconhecidos como sujeitos dotados de direitos, capacidades ou dignidade humana[1].

Conforme destacam diversos estudos históricos sobre a temática, a presença dos surdos é tão antiga quanto a própria humanidade. Entretanto, durante diferentes períodos históricos, o reconhecimento dessa população ocorreu de maneira desigual. Em muitas épocas, as diferenças sensoriais eram interpretadas como sinais de inferioridade, punição divina ou manifestação sobrenatural[2].

Entre determinados agrupamentos humanos do período neolítico - aproximadamente entre 9.000 a.C. e 3.000 a.C. - difundiu-se a crença de que indivíduos com algum tipo de deficiência seriam portadores de espíritos ou forças invisíveis. Dentro dessa lógica, quando tais forças eram consideradas maléficas, entendia-se que os indivíduos afetados deveriam ser abandonados ou afastados do convívio coletivo[3].

---

[1] STROBEL, Karin Lilian. **Surdos**: vestígios não registrados na história. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianopólis: UFSC, 2008, pág. 42.

[2] SANTOS, José Ozildo dos; SOUSA, José Givaldo de; SILVA, Adailton Ramos da; SALVIANO, Duane Emília da Nóbrega; PAIXÃO, Ezequiel Adney Lima da. **Língua brasileira de sinais em debate**. Campina Grande-PB: GEASE, 2024, pág. 16.

[3] ISLAM, Sirajul; SAMSUDIN, Sofiah. People with Special Needs in Ancient Societies: A comparative Study between few Early Philosophers and Islam. **International Journal of Scientific and Research Publications**, v. 10, n. 5, may 2020, pág. 325.

Esse entendimento estava diretamente relacionado ao modo como os povos antigos explicavam os acontecimentos da vida. Antes do surgimento do pensamento científico e da medicina sistematizada, predominavam interpretações mágicas e religiosas para justificar doenças, limitações físicas e acontecimentos considerados incomuns.

Na Antiguidade, especialmente em seus períodos iniciais, saúde e doença eram compreendidas por meio de uma perspectiva fortemente mítica. A enfermidade não era percebida como resultado de processos biológicos, mas frequentemente interpretada como consequência da ira dos deuses, de maldições ou de práticas sobrenaturais[4].

Nesse contexto, surgia a figura dos chamados sacerdotes-médicos, responsáveis por intermediar a relação entre o mundo divino e o ser humano. Esses agentes acumulavam funções religiosas e terapêuticas, sendo encarregados de interpretar sinais considerados sobrenaturais e de propor formas de tratamento. As pessoas com deficiência, inseridas nesse universo de crenças, encontravam-se subordinadas a interpretações que frequentemente negavam sua humanidade plena. Afecções cuja origem permanecia desconhecida eram frequentemente atribuídas à possessão demoníaca ou à manifestação de forças ocultas[5].

---

[4] DUARTE, Soraya Bianca Reis; CHAVEIRO, Neuma; FREITAS, Adriana Ribeiro de; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde**, v. 20, n. 4, out.-dez., 2013, pág. 1717.

[5] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 16.

Consequentemente, práticas discriminatórias tornaram-se comuns em diversas sociedades antigas. Indivíduos com deficiência passaram a ser classificados como inferiores, incapazes ou desprovidos de aptidão para participar das atividades ordinárias da comunidade.

Entre aqueles que sofreram particularmente com essas interpretações estavam os surdos. Em diferentes civilizações antigas, eram frequentemente afastados do convívio coletivo, escondidos ou privados de participação social.

Percebe-se, portanto, que a exclusão dos surdos não surgiu apenas como resultado de limitações comunicacionais, mas principalmente como consequência das interpretações culturais e religiosas atribuídas à diferença.

A organização social do homem antigo possuía fundamentos profundamente religiosos. As crenças estabeleciam regras de convivência, definiam hierarquias e delimitavam quem seria reconhecido como pertencente à coletividade.

Ao mesmo tempo em que produziam coesão social, essas crenças também criavam mecanismos de separação. Em grande parte dos agrupamentos humanos da Antiguidade, aqueles que apresentavam alguma diferença física ou sensorial eram colocados em posição inferior. Nessa estrutura social, muitos indivíduos deixavam de ser reconhecidos como sujeitos plenos de direitos. Entre eles encontravam-se os surdos, frequentemente classificados como inaptos para a vida comunitária[6].

[6] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 17.

Quando se promove uma revisitação histórica da trajetória do povo surdo, torna-se evidente o quanto este grupo experimentou processos contínuos de marginalização. Entende-se por povo surdo o conjunto de sujeitos que, embora possam habitar diferentes localidades, compartilham vínculos culturais, modos específicos de comunicação, experiências históricas semelhantes e formas próprias de perceber o mundo.

Essa compreensão contemporânea permite reconhecer que a surdez ultrapassa interpretações exclusivamente médicas, constituindo também uma experiência cultural e social. Entretanto, durante grande parte da história antiga, essa percepção esteve ausente.

Para compreender de forma mais profunda as dificuldades enfrentadas pelo povo surdo na Antiguidade, torna-se necessário voltar o olhar para uma das civilizações mais influentes do mundo clássico: a Grécia. Entre as cidades-estados gregas, Esparta ocupa lugar de destaque quando se analisa o tratamento dispensado às pessoas consideradas diferentes. Esparta estruturou-se como uma sociedade essencialmente militarizada. Seu modelo político e social estava voltado para a formação de guerreiros capazes de defender e expandir os interesses do Estado[7].

Nesse ambiente, consolidou-se um forte culto ao corpo e à força física. A valorização da robustez corporal não possuía apenas caráter estético; tratava-se de um elemento

[7] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. **Introdução à Libras**: língua, história e cultura. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015, pág. 25.

considerado indispensável para a manutenção da organização militar espartana[8].

Todos os indivíduos eram avaliados segundo critérios relacionados à resistência física, capacidade bélica e utilidade social. Dessa forma, aqueles considerados incapazes de contribuir para os objetivos militares da cidade encontravam-se em posição de extrema vulnerabilidade. As leis atribuídas à tradição espartana determinavam que crianças julgadas fracas ou portadoras de deformidades não deveriam permanecer vivas.

Segundo relatos históricos amplamente difundidos, existia um grupo de anciãos encarregado de avaliar os recém-nascidos. Essa comissão decidia quais crianças possuíam condições de integrar futuramente o corpo social e militar de Esparta[9].

Quando determinada criança era considerada inadequada aos padrões estabelecidos, ela era retirada do convívio familiar e conduzida a locais destinados ao abandono. Essa prática ilustra de maneira contundente como o ideal de perfeição física influenciou profundamente o tratamento dispensado às pessoas com deficiência.

Nesse contexto histórico, os surdos praticamente não encontravam espaço de reconhecimento ou proteção. Sua existência era interpretada como incompatível com os interesses coletivos definidos pela cidade.

---

[8] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 17.

[9] SILVA, Otto Marques da. **A época ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Caderno CEDES, 1986, pág. 122.

O valor do indivíduo encontrava-se subordinado à utilidade que poderia oferecer ao Estado. Essa lógica de organização social transformou a diferença em motivo para exclusão. Assim, ainda nos primeiros grandes modelos civilizatórios da Antiguidade, consolidaram-se estruturas de pensamento que contribuíram para afastar os surdos da vida social, educacional e política.

O mundo greco-romano e a construção histórica da exclusão

Ao se analisar historicamente a condição dos surdos na Antiguidade, percebe-se que Esparta não foi a única sociedade a adotar práticas excludentes. Embora tenha se tornado emblemática pelo rigor de suas normas, outras cidades do mundo grego também desenvolveram formas de marginalização das pessoas com deficiência. Entre essas cidades, Atenas ocupa posição de destaque.

Reconhecida historicamente como berço da filosofia, da política e de importantes manifestações culturais do mundo ocidental, Atenas construiu um modelo civilizatório sofisticado em diversos aspectos. Contudo, o elevado desenvolvimento intelectual daquela sociedade não significou, necessariamente, reconhecimento da diversidade humana[10].

No que diz respeito ao tratamento dispensado às pessoas surdas, os registros históricos demonstram que também prevaleceram práticas severas e excludentes. Em

[10] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 18.

Atenas, muitos indivíduos considerados incapazes eram rejeitados e abandonados. Os surdos frequentemente eram afastados do convívio coletivo, ficando sujeitos a condições de extrema vulnerabilidade[11].

A exclusão não possuía apenas natureza econômica ou social; ela encontrava sustentação em interpretações filosóficas que buscavam justificar racionalmente a desigualdade. Na sociedade ateniense, consolidou-se progressivamente o entendimento de que determinadas capacidades - especialmente a fala e a audição - seriam indispensáveis ao desenvolvimento da razão e ao exercício da cidadania.

Dentro dessa lógica, aqueles que não apresentassem determinadas habilidades comunicativas eram vistos como limitados para participar plenamente da vida pública. Foi nesse ambiente intelectual que surgiram algumas das formulações mais influentes da história ocidental sobre linguagem, inteligência e condição humana.

Entre os grandes nomes desse período encontra-se Hipócrates, médico grego que viveu entre aproximadamente 460 e 377 a.C., tradicionalmente reconhecido como o pai da medicina científica[12].

Hipócrates representou importante ruptura em relação às interpretações puramente sobrenaturais das doenças. Entretanto, ao abordar a condição dos surdos, ainda manteve concepções que hoje são consideradas limitadas.

---

[11] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. Cit., pág. 25.

[12] PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomudez**. Barcelona: Científico-Médica. 1978, pág. 5.

Segundo os registros atribuídos ao pensamento hipocrático, não foi estabelecida uma relação direta entre ouvir e falar tal como compreendida atualmente.

Ao tratar dos chamados surdos-mudos, Hipócrates entendia que a fala inteligível dependia essencialmente da mobilidade e do controle dos órgãos responsáveis pela linguagem oral. Embora suas observações representassem um esforço inicial de explicação racional, elas ainda não reconheciam plenamente a autonomia intelectual das pessoas surdas.

Posteriormente, outro nome central da filosofia grega influenciaria profundamente as concepções sobre deficiência: Platão. Vivendo entre os séculos V e IV antes da era cristã, Platão dedicou parte de sua obra à reflexão sobre a organização ideal da sociedade. Ao imaginar uma república perfeita, defendeu princípios que associavam harmonia social à manutenção de determinados padrões físicos e morais. Em suas formulações sobre organização política, Platão admitia que indivíduos considerados fisicamente inadequados não deveriam permanecer integrados à coletividade[13].

Essa perspectiva refletia um ideal de perfeição que atribuía valor social à funcionalidade do corpo. A deficiência passava, assim, a ser interpretada como um peso para a comunidade. Embora tais ideias devam ser compreendidas dentro do contexto histórico em que foram produzidas, seus efeitos ultrapassaram séculos e contribuíram para consolidar modelos de exclusão.

[13] SILVA, Otto Marques da. Op. Cit., pág. 124.

A influência platônica tornou-se ainda mais ampla por intermédio daquele que viria a ser considerado um dos maiores filósofos da tradição ocidental: Aristóteles. Discípulo de Platão, Aristóteles viveu entre 384 e 322 a.C. e exerceu profunda influência sobre o pensamento filosófico, político, jurídico e educacional. Ao tratar das pessoas com deficiência, Aristóteles também apresentou formulações que contribuíram para restringir o reconhecimento dos surdos. Segundo sua concepção, a linguagem ocupava papel central na constituição da racionalidade humana.

Para Aristóteles, a audição possuía importância decisiva para o desenvolvimento intelectual. Com base nesse entendimento, concluiu que indivíduos nascidos surdos apresentariam limitações naturais para o exercício da razão. Essa interpretação produziu consequências históricas profundas[14].

Ao associar capacidade racional à oralidade, criou-se durante séculos a ideia de que o surdo seria incapaz de aprender, desenvolver conhecimento ou participar plenamente da vida social.

Em síntese, consolidou-se a crença de que sem linguagem oral não haveria humanidade plena. Tal entendimento tornou-se um dos principais obstáculos históricos para o acesso dos surdos à educação. Durante séculos posteriores, muitos sistemas educacionais reproduziram direta ou indiretamente essas concepções.

[14] SILVA, Otto Marques da. Op. Cit., pág. 124.

Antes mesmo de Aristóteles, outro importante intelectual grego já havia contribuído para interpretações negativas acerca da surdez. Heródoto, conhecido como o *'pai da História'*, registrou interpretações segundo as quais pessoas surdas seriam resultado de castigos divinos[15].

Essa compreensão reforçou a associação entre deficiência e punição sobrenatural. Ao longo do tempo, tais ideias consolidaram o entendimento de que os surdos seriam ineducáveis ou intelectualmente inferiores. As consequências dessa construção cultural foram profundas.

Durante aproximadamente dois mil anos, em diferentes regiões do mundo, prevaleceu o entendimento de que os surdos deveriam permanecer afastados dos espaços formais de aprendizagem. Essa exclusão produziu não apenas limitações educacionais, mas também dificuldades de inserção econômica, política e cultural[16].

Ao observar retrospectivamente esse processo histórico, percebe-se que o problema nunca esteve na surdez em si, mas nas interpretações construídas pela sociedade. Com a expansão da influência grega sobre outras regiões do Mediterrâneo, essas concepções atravessaram fronteiras e alcançaram Roma. A civilização romana herdou diversos elementos culturais, filosóficos e jurídicos do mundo grego. Também em Roma a deficiência passou a ser frequentemente

[15] STROBEL, Karin Lilian. Op. Cit., pág. 82.
[16] NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas**: o que se vê, o que se ouve. Lisboa, 2012, pág. 11.

interpretada como manifestação sobrenatural ou sinal de descontentamento dos deuses[17].

Nesse ambiente cultural, os surdos continuaram submetidos a fortes restrições sociais. Em determinadas épocas da história romana, acreditava-se que pessoas com deficiência não deveriam compartilhar plenamente os espaços de convivência com os demais cidadãos. Diversas práticas de abandono infantil foram toleradas socialmente.

Durante o período republicano, a chamada Lei das Doze Tábuas incorporou disposições que atribuíam amplo poder ao patriarca romano sobre a vida familiar. Entre essas prerrogativas, registram-se permissões relacionadas à eliminação de filhos considerados inadequados ou portadores de deficiência. Também são encontrados registros históricos atribuídos ao período fundador de Roma segundo os quais recém-nascidos considerados incapazes de contribuir para o Estado poderiam ser sacrificados[18].

Séculos depois, autores romanos continuaram reproduzindo discursos semelhantes. Entre eles destaca-se Sêneca. Ao justificar a eliminação de indivíduos considerados frágeis ou deformados, Sêneca apresentou argumentos baseados numa lógica utilitária. Segundo essa perspectiva, separar aquilo que era considerado inútil daquilo entendido como saudável seria um ato racional. Tais formulações

[17] NIESS, Luciana Toledo Távora; NIESS, Pedro Henrique Távora. **Pessoas portadoras de deficiência no direito brasileiro**: doutrina e legislação. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, pág. 6.
[18] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. Cit., pág. 25.

revelam como a exclusão podia ser interpretada não como violência, mas como medida socialmente aceitável[19].

Dentro desse universo cultural, os surdos permaneceram por muito tempo à margem da cidadania. Foram privados de autonomia jurídica, de acesso à educação e de reconhecimento social. Ainda assim, ao longo da própria história romana começaram a surgir registros que gradualmente demonstrariam possibilidades diferentes de compreender a surdez. Essas mudanças seriam aprofundadas nos períodos posteriores.

Experiências contrastantes na Antiguidade: Roma tardia, Egito, tradição judaica e outras concepções sobre a surdez

Embora a experiência histórica dos surdos na Antiguidade tenha sido predominantemente marcada pela exclusão, existem registros que demonstram que nem todas as sociedades antigas construíram interpretações idênticas acerca da deficiência auditiva. Mesmo dentro de civilizações que mantiveram estruturas profundamente excludentes, surgiram acontecimentos isolados que revelam mudanças graduais na forma de compreender a condição humana[20].

Na própria Roma antiga, apesar das inúmeras restrições impostas às pessoas surdas, registra-se um episódio que ocupa lugar de destaque na história da surdez. Esse

[19] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 23.
[20] DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1717.

episódio foi preservado por Plínio, o Velho, escritor e historiador romano que viveu entre aproximadamente os anos 24 e 79 da era cristã. Em sua obra intitulada *'História Natural'*, publicada por volta do ano 77 d.C., encontra-se a referência a um personagem que passou a ocupar posição singular na história das pessoas surdas: Quintus Pedius[21].

Quintus Pedius era descendente de família romana influente e destacou-se por possuir grande talento artístico. Entretanto, possuía uma característica que, naquele contexto histórico, normalmente o colocaria em posição de exclusão: era surdo. Em uma sociedade na qual os direitos civis estavam frequentemente condicionados à oralidade e ao reconhecimento jurídico da capacidade intelectual, o exercício de atividades profissionais por uma pessoa surda não era algo comum. Segundo o relato preservado historicamente, Quintus recebeu autorização especial do imperador César Augusto para desenvolver suas atividades artísticas.

Esse acontecimento adquiriu grande relevância histórica porque passou a simbolizar um dos primeiros reconhecimentos documentados de que uma pessoa surda poderia exercer funções produtivas, demonstrar talento e participar da vida social. Mais do que um simples caso individual, o reconhecimento de Quintus Pedius representa uma ruptura simbólica com concepções anteriores que negavam aos surdos qualquer possibilidade de autonomia[22].

---

[21] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., págs. 24-25.

[22] BRADDOCK, David L.; PARISH, Susan L. An institutional history of disability. In: G. Albrecht; K. Seelman; M. Bury (Eds.). **Handbook of disability studies**. New York: Sage, 2001, pág. 16.

Entretanto, embora significativo, esse episódio permaneceu como exceção dentro de uma realidade ainda profundamente excludente. Ao mesmo tempo em que Roma mantinha restrições severas, outras civilizações antigas desenvolveram formas distintas de compreender a surdez. Entre essas experiências encontram-se o Egito e a Pérsia.

Nessas regiões, séculos antes do auge das civilizações grega e romana, consolidaram-se interpretações religiosas que atribuíam aos surdos um significado diferente daquele observado em outras culturas. Segundo registros históricos, em determinados períodos os surdos eram vistos como indivíduos especiais, associados ao sagrado[23].

O silêncio característico da ausência de fala levou à crença de que essas pessoas manteriam algum tipo de comunicação privilegiada com as divindades.

Nesse entendimento, o surdo não era percebido como alguém castigado pelos deuses, mas como sujeito que desfrutava de proximidade espiritual. Essa percepção produziu atitudes de respeito e proteção. Todavia, é importante observar que tal valorização não significava inclusão social plena. Embora respeitados, os surdos permaneciam frequentemente afastados da vida pública e não recebiam instrução sistemática[24].

Desse modo, verifica-se que o reconhecimento simbólico coexistia com formas de isolamento. Ainda assim, quando comparada com práticas de eliminação ou abandono

[23] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 26.
[24] Idem, ibidem.

presentes em outras regiões, essa experiência demonstra que as interpretações culturais exerciam papel decisivo na construção das relações sociais.

Percebe-se que, nos primórdios da humanidade, a maneira de compreender a deficiência encontrava-se fortemente subordinada às crenças religiosas. As religiões antigas não apenas explicavam o funcionamento do mundo, mas definiam o lugar social de cada indivíduo. Por essa razão, dependendo do sistema de crenças predominante, o surdo podia ser visto tanto como ameaça quanto como sujeito digno de respeito.

Essa diversidade de interpretações também pode ser observada na antiga Palestina. Entre aproximadamente 1000 e 500 a.C., consolidaram-se textos que posteriormente passariam a compor o Antigo Testamento. Nesses escritos encontram-se referências importantes relacionadas ao tratamento destinado às pessoas surdas.

Uma das passagens mais conhecidas encontra-se no livro do Levítico. Ao apresentar orientações sobre a convivência humana, o texto estabelece que não se deveria amaldiçoar o surdo nem colocar obstáculos diante do cego. Essa orientação possui grande relevância histórica[25].

Ao contrário de interpretações excludentes observadas em outras regiões da Antiguidade, aqui encontra-se uma manifestação escrita voltada para a proteção e para o reconhecimento da dignidade humana. Ainda que não corresponda a uma política de inclusão no sentido

[25] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 27.

contemporâneo, tal orientação demonstra preocupação ética com o tratamento dispensado aos mais vulneráveis.

Outro registro importante aparece no Novo Testamento. No Evangelho de Lucas, durante a narrativa referente ao nascimento de João Batista, encontra-se uma descrição frequentemente apontada como uma das referências mais antigas à comunicação realizada por sinais[26].

Segundo o texto bíblico, quando o pai da criança não podia falar, as pessoas presentes recorreram a gestos e sinais para estabelecer comunicação. Esse episódio possui relevância histórica porque demonstra que formas alternativas de comunicação eram conhecidas e utilizadas em contextos antigos. Também no Evangelho segundo Marcos aparece um dos relatos mais conhecidos relacionados à surdez.

Trata-se do episódio em que Jesus realiza a cura de um homem surdo que apresentava dificuldades na fala. O relato descreve gestos, contato físico e o pronunciamento da palavra "*Efatá*", interpretada como "*abre-te*". Na tradição cristã, esse acontecimento é compreendido como manifestação milagrosa[27].

Entretanto, para além da interpretação religiosa, o episódio também evidencia que os surdos estavam presentes e integravam o cotidiano social. Ao contrário de práticas de extermínio encontradas em determinados contextos antigos, percebe-se que, entre os judeus, os surdos permaneciam

[26] DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1716.
[27] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., págs. 27-28.

inseridos na comunidade. Outro documento importante para compreender essa visão é o Talmude[28].

Esse texto sagrado da tradição judaica apresenta formulações que representam avanço significativo para o período. Entre seus ensinamentos encontra-se a orientação de que os surdos não deveriam ser equiparados a indivíduos privados de inteligência ou responsabilidade moral.

Reconhecia-se que poderiam ser instruídos e considerados inteligentes. Tal entendimento rompe parcialmente com antigas crenças que associavam surdez à incapacidade intelectual. Entretanto, em outras regiões do mundo antigo continuaram predominando concepções restritivas. Na Índia, por exemplo, determinadas interpretações ligadas à doutrina do Karma entendiam que limitações físicas poderiam representar consequências de ações praticadas em existências anteriores[29].

Dentro dessa lógica, pessoas com deficiência frequentemente enfrentavam limitações quanto ao direito à herança e à propriedade. Apesar disso, também existiram culturas que atribuíam sentidos positivos ao nascimento de crianças com deficiência.

Entre alguns povos da África Ocidental, acreditava-se que crianças nascidas com diferenças físicas poderiam estar relacionadas a forças sobrenaturais favoráveis.

---

[28] STROBEL, Karin Lilian. Op. Cit., pág. 82.

[29] MARINI, Irmo. The History of Treatment Toward People With Disabilities. In: MARINI, Irmo; GRAF, Noreen; MILLINGTON, Michael. **Psychosocial aspects of disability**. 2nd Edition. New York: Springer Publishing Company, LLC, 2018, pág. 132.

Na África Oriental, determinadas comunidades entendiam que essas crianças protegiam o grupo contra infortúnios. Esses exemplos demonstram que não existiu uma única história da deficiência. Ao contrário, diferentes sociedades construíram respostas distintas para explicar e interpretar aquilo que consideravam diferente.

No segundo século da era cristã, novas reflexões começaram a surgir. Entre elas destacam-se os escritos do médico Galeno, que buscou compreender a surdez estabelecendo relações entre audição, cérebro e mecanismos da fala. Embora limitado pelos conhecimentos científicos disponíveis em seu tempo, seu trabalho representou uma tentativa de deslocar a explicação da deficiência do campo exclusivamente religioso para o campo médico. Esse movimento produziria consequências profundas nos séculos posteriores[30].

Direito Romano tardio, Cristianismo, Santo Agostinho e as transformações medievais

Ao longo da Antiguidade, diferentes interpretações religiosas, filosóficas e jurídicas moldaram o tratamento destinado às pessoas surdas. Entretanto, à medida que novas estruturas políticas e religiosas se consolidaram, especialmente durante os últimos séculos do Império Romano e o início da Idade Média, começaram a surgir mudanças graduais na forma como a deficiência passou a ser percebida.

[30] DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1718.

Essas transformações não significaram, de imediato, inclusão plena ou reconhecimento de igualdade. Contudo, inauguraram novos caminhos que, posteriormente, contribuiriam para o surgimento das primeiras experiências voltadas à educação das pessoas surdas.

Entre os fatores que produziram mudanças importantes destaca-se o desenvolvimento do Direito Romano.

Durante muitos séculos, influenciadas pelas normas jurídicas romanas, diversas sociedades ocidentais mantiveram restrições severas dirigidas aos surdos. Em vários contextos legais, eram impedidos de herdar bens, celebrar contratos, realizar determinados negócios jurídicos e exercer plenamente direitos civis.

Entretanto, é importante observar que essas limitações não recaíam propriamente sobre a deficiência auditiva em si, mas principalmente sobre a ausência da linguagem oral. Essa distinção revela um aspecto importante da mentalidade antiga.

O problema jurídico não era compreendido como incapacidade intelectual, mas como suposta impossibilidade de manifestação válida da vontade. Ainda durante o Império Romano ocorreram mudanças graduais nesse cenário. Alguns registros indicam que indivíduos surdos pertencentes às classes mais elevadas receberam direitos anteriormente negados à maioria da população[31].

Posteriormente, passou-se a admitir, em determinadas circunstâncias, que pessoas surdas e cegas pudessem exercer

[31] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 32.

direitos sucessórios. Essas mudanças seriam consolidadas nos grandes códigos jurídicos da Antiguidade tardia.

Entre eles destacam-se o Código de Teodósio II e, posteriormente, o chamado Corpus Juris Civilis, amplamente conhecido como Código Justiniano. Produzido no século VI da era cristã, o Código Justiniano representa um marco importante na história do tratamento jurídico destinado às pessoas com deficiência[32].

Entre suas contribuições encontra-se uma das classificações mais antigas da surdez registradas historicamente.

Segundo os registros jurídicos da época, estabeleceu-se distinção entre: surdo-mudez natural; surdo-mudez adquirida; surdez natural; surdez adquirida; – mudez natural ou adquirida. Essa classificação demonstra um esforço de organização conceitual que procurava diferenciar condições consideradas distintas pelo conhecimento jurídico e médico daquele período[33].

Embora hoje essas categorias possuam limitações científicas evidentes, elas representam um passo histórico na tentativa de abandonar explicações exclusivamente sobrenaturais. No entanto, as mudanças permaneceram restritas. O reconhecimento jurídico continuou condicionado à existência da oralidade. Pessoas surdas que não falavam permaneceram impedidas de exercer diversos direitos. Em

[32] BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Ana Cláudia P. Teixeira. **O surdo**: este desconhecido – incapacidade absoluta do surdo-mudo. Rio de Janeiro: Oficina Folha Carioca Editora Ltda., 1995, pág. 45.
[33] DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1718.

muitos casos, continuaram impossibilitadas de realizar contratos, administrar patrimônio ou reivindicar heranças.

Mesmo com certas flexibilizações legais, prevalecia a compreensão de que essas pessoas não possuíam plena capacidade para participação pública. O próprio Código Justiniano manteve restrições relacionadas ao exercício da cidadania. Pessoas com deficiência auditiva, visual, de fala ou outras condições continuaram afastadas de funções públicas e de determinadas formas de participação social. Apesar dessas limitações, o deslocamento da explicação da deficiência para o campo jurídico representou uma mudança importante em relação aos modelos puramente religiosos e supersticiosos anteriores[34].

Paralelamente às transformações jurídicas, outro elemento começava a exercer enorme influência sobre a organização social do Ocidente: o Cristianismo. Com o fortalecimento da Igreja cristã, novas interpretações sobre o valor da vida humana começaram gradualmente a modificar práticas de abandono e eliminação. Entretanto, essa mudança ocorreu de forma lenta e carregada de contradições[35].

Entre os pensadores cristãos que exerceram influência nesse processo destaca-se Santo Agostinho. Vivendo entre os séculos IV e V, Santo Agostinho tornou-se um dos principais formuladores do pensamento cristão. Sua reflexão exerceu influência duradoura sobre filosofia, educação e teologia. Sabe-se que:

[34] DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1718.

[35] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 35.

> A Igreja fundamentava sua posição nas palavras contidas no Novo Testamento, mais especificamente, em Romanos, 10:17. Aquela exaltação bíblica era seguida ao pé da letra por Santo Agostinho, considerado um dos doutores da Igreja Católica. Contudo, enquanto educador, ele acreditava que os surdos podiam aprender. E assim, obterem a salvação[36].

Ao tratar da condição dos surdos, Santo Agostinho encontrava-se diante de um problema teológico importante. Na tradição cristã daquele período havia forte valorização da escuta da Palavra como caminho para a fé. Fundamentando-se especialmente na interpretação de Romanos 10:17 - "*a fé vem pelo ouvir*" - consolidou-se a ideia de que a audição possuía papel central na experiência religiosa. Dentro dessa lógica, a surdez passou a ser vista por alguns como obstáculo ao acesso pleno à vida espiritual. Além disso, durante determinado período histórico, acreditava-se que os sacramentos deveriam ser recebidos por meio da linguagem oral.

Essa compreensão levou parte da Igreja a considerar que pessoas incapazes de expressar verbalmente a fé estariam em condição espiritual inferior. Por algum tempo difundiu-se inclusive o entendimento de que indivíduos incapazes de emitir sons inteligíveis seriam desprovidos não apenas de linguagem, mas também de racionalidade e até mesmo de alma.

[36] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 33.

No entanto, Santo Agostinho apresentou uma posição que introduziu elementos de mudança. Embora mantivesse a centralidade da fé cristã, admitia que os surdos poderiam aprender e compreender os ensinamentos religiosos[37]. Para isso, defendia o uso de gestos, sinais e movimentos corporais como instrumentos de transmissão da fé. Essa formulação possui enorme relevância histórica. Ainda que distante das concepções contemporâneas sobre educação bilíngue ou cultura surda, ela abriu espaço para reconhecer que a comunicação não dependia exclusivamente da oralidade.

No início da Idade Média, entretanto, permaneceram fortes restrições. Continuou difundida a crença de que pessoas surdas não poderiam alcançar plenamente determinados ritos religiosos[38]. Em algumas regiões, elas eram impedidas de participar integralmente da vida sacramental. Também eram vistas frequentemente como objetos de curiosidade social. Durante certo período, acreditava-se, inclusive, que, por não poderem confessar seus pecados oralmente, não estariam aptas a receber determinados sacramentos.

Em alguns contextos, apenas mediante autorização papal poderiam contrair matrimônio. Ao mesmo tempo, o avanço do Cristianismo produziu transformações significativas. Sob a influência dos princípios de caridade, misericórdia e assistência ao próximo, começaram a surgir

---

37 LIMA, Clevisvaldo Pinheiro; LOPES, Maraisa. Oralismo e implante coclear: memória e (re) atualização. **Diálogos Pertinentes - Revista Científica de Letras**, v. 16, Dossiê Temático, p. 220-239, 2020, pág. 234.

38 STROBEL, Karin Lilian. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, pág. 19.

instituições destinadas ao acolhimento de pessoas abandonadas[39].

Reis, bispos e comunidades religiosas passaram gradualmente a organizar formas de assistência. Foram criados espaços de abrigo destinados aos pobres, enfermos e pessoas com deficiência. Essas instituições assumiram diferentes formas ao longo do tempo - abrigos, casas de assistência, asilos e hospícios. É importante reconhecer que tais iniciativas não representavam inclusão social plena[40].

Tratava-se principalmente de ações de proteção e sobrevivência. Mesmo acolhidas, as pessoas surdas continuavam afastadas dos direitos comuns da sociedade medieval. Entretanto, quando comparadas às práticas anteriores de abandono e eliminação, essas iniciativas representam importante mudança histórica. Assim, enquanto grande parte da Antiguidade foi marcada pela violência, pelo sacrifício e pela exclusão, a Idade Média introduziu práticas de acolhimento inspiradas pela ética cristã[41].

Ainda que permanecessem à margem da vida social e sem acesso amplo à cidadania, as pessoas surdas passaram progressivamente a ser reconhecidas como sujeitos merecedores de proteção. Essas mudanças contribuíram para modificar lentamente a percepção coletiva sobre a deficiência.

Com o passar dos séculos, esse processo abriria caminho para experiências educacionais mais sistemáticas. Não por acaso, seriam justamente ambientes ligados à tradição

[39] LIMA, Clevisvaldo Pinheiro; LOPES, Maraisa. Op. cit., pág. 225.
[40] SILVA, Otto Marques da. Op. Cit., pág. 120.
[41] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 36.

religiosa que, mais tarde, dariam origem aos primeiros métodos estruturados de educação de surdos[42].

Dessa forma, ao chegar ao final da Idade Média e iniciar-se a Idade Moderna, o povo surdo deixava para trás uma longa trajetória marcada por exclusão, invisibilidade e interpretações limitadoras, ingressando em um novo período histórico em que medicina, educação e religião passariam a disputar diferentes formas de compreender e intervir sobre a surdez.

[42] SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas- SP: Autores Associados, 2005, pág. 63.

As primeiras iniciativas em prol da educação dos surdos

Exclusão jurídica, influência religiosa e os primeiros fundamentos da educabilidade dos surdos

Durante um longo período da história humana, os surdos foram considerados sujeitos incapazes, limitados intelectualmente e impossibilitados de exercer plenamente a vida em sociedade. Essa compreensão não surgiu por acaso. Ela foi construída ao longo dos séculos mediante interpretações filosóficas, religiosas e jurídicas, que associavam a ausência da fala à ausência de razão. Assim, em consequência dessas interpretações, pessoas surdas permaneceram durante muito tempo privadas de reconhecimento social, excluídas da cidadania e afastadas dos espaços de educação formal.

Em diversas sociedades antigas, não bastava nascer pertencendo à determinada família ou grupo social para possuir direitos. Era necessário demonstrar determinadas capacidades consideradas essenciais à convivência humana. Entre elas, destacavam-se a fala e a possibilidade de comunicação oral. Nesse contexto histórico, a condição dos

surdos tornou-se particularmente delicada[43]. Por não falarem, os surdos eram considerados incapazes de compreender conceitos abstratos. E, por essa razão, impossibilitados de participarem da vida política ou de exercerem direitos civis. Essa concepção produziu consequências profundas. Além de serem excluídos do acesso ao conhecimento, os surdos também eram impedidos de participar de decisões familiares, celebrar contratos e exercer direitos patrimoniais.

Na Roma Antiga, por exemplo, tais limitações assumiram contornos especialmente relevantes entre as famílias nobres. Segundo os registros históricos, quando o filho primogênito de uma família aristocrática era surdo, surgia um problema sucessório significativo. Como a legislação não reconhecia plenamente sua capacidade jurídica, esse descendente frequentemente era impedido de receber herança[44].

Tal situação colocava em risco a continuidade patrimonial familiar. Essa preocupação não decorria de uma compreensão humanitária sobre os direitos dos surdos, mas de interesses econômicos e sucessórios. À medida que famílias influentes passaram a perceber os prejuízos decorrentes da exclusão jurídica de seus herdeiros surdos, iniciou-se um movimento voltado para encontrar formas de integrá-los ao sistema legal vigente.

Gradualmente, o tema passou a despertar atenção dentro das estruturas políticas romanas. Com o tempo, a

[43] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. Cit., pág. 27.
[44] Idem, ibidem.

situação começou a ser debatida nos espaços institucionais de decisão, inclusive no Senado. Mas, a mudança não ocorreu rapidamente.

Durante muitos anos permaneceu predominante a antiga concepção jurídica que excluía os surdos do mundo do Direito. Somente séculos depois surgiriam alterações mais concretas. Um marco importante ocorreu em 528 da Era Cristã, quando entrou em vigor o chamado Código Justiniano[45].

Esse conjunto normativo promoveu importantes reorganizações jurídicas no Império Romano. Entre suas disposições, estabeleceu-se que pessoas surdas poderiam ter acesso ao patrimônio familiar, desde que fossem consideradas oralizadas. Essa condição revela um aspecto importante da mentalidade daquele período. Não se reconhecia plenamente o surdo enquanto sujeito de direitos por sua condição humana, mas principalmente pela possibilidade de aproximar-se do padrão comunicacional dominante.

Assim, o acesso à herança continuava condicionado ao desenvolvimento da linguagem oral. Mesmo limitada, essa mudança provocou consequências relevantes. Preocupadas com a possibilidade de garantir aos filhos surdos o acesso aos bens familiares, diversas famílias aristocráticas passaram a investir em experiências educativas.

Essas iniciativas buscavam desenvolver formas de comunicação que permitissem aos surdos serem reconhecidos legalmente. Desse movimento surgiram algumas das primeiras

[45] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 40

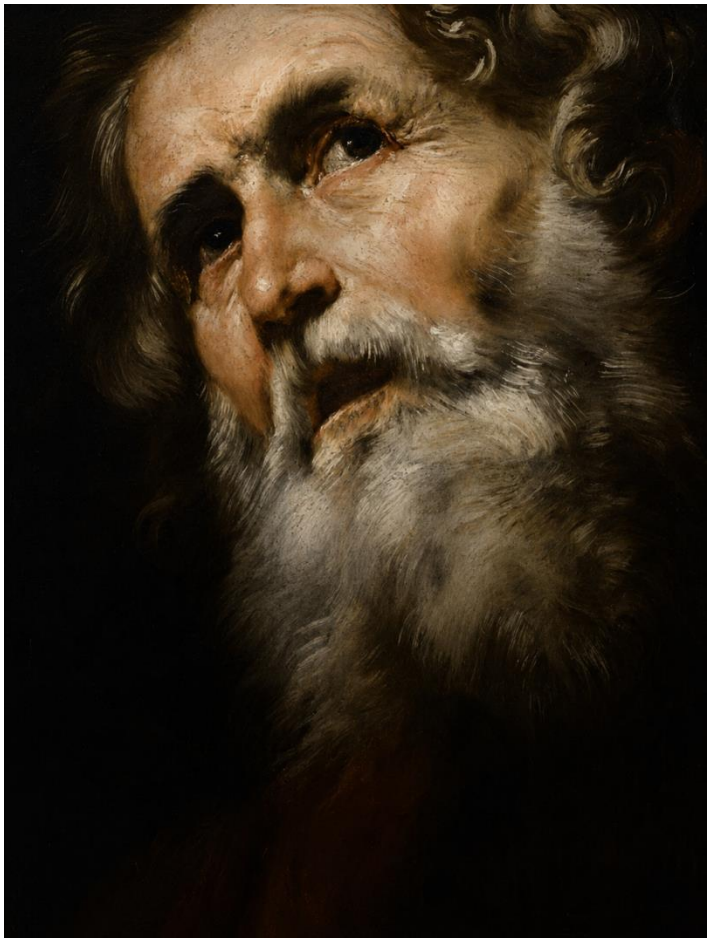
tentativas sistemáticas de ensino direcionadas às pessoas surdas.

É importante observar que essas experiências iniciais não nasceram de uma concepção inclusiva semelhante à contemporânea. O objetivo principal não era assegurar desenvolvimento humano, autonomia ou cidadania. Tratava-se, sobretudo, de uma resposta econômica às limitações impostas pelo sistema jurídico. Em outras palavras, os primeiros esforços educativos direcionados aos surdos foram impulsionados pela necessidade de inseri-los no universo legal e patrimonial[46].

Apesar disso, essas iniciativas produziram efeitos históricos relevantes. Ao tentar ensinar os surdos, começou-se gradualmente a questionar uma antiga crença amplamente difundida: a ideia de que eles seriam incapazes de aprender. Contudo, antes que qualquer proposta educacional pudesse prosperar, era necessário superar outro obstáculo profundamente enraizado. Por outro lado e durante muito tempo, predominou o entendimento de que a salvação espiritual dependia diretamente da fala. Em determinados contextos religiosos, acreditava-se que os sacramentos somente poderiam produzir seus efeitos mediante manifestações orais.

Essa interpretação contribuiu para ampliar ainda mais a exclusão das pessoas surdas. Além de afastadas da educação, passaram também a ser vistas como limitadas para participar plenamente da vida religiosa. Entretanto, dentro da própria tradição cristã começaram a surgir interpretações diferentes.

[46] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 40



Eusébio Sofrîônio Jerônimo - São Jerônimo [347-420]

Entre os primeiros estudiosos que desafiaram essa visão destaca-se São Jerônimo. Reconhecido como Doutor da Igreja Católica, Eusébio Sofrônio Jerônimo tornou-se um dos mais importantes intelectuais do cristianismo antigo. Responsável pela tradução da Bíblia do hebraico para o latim -

trabalho posteriormente conhecido como Vulgata -, São Jerônimo exerceu enorme influência sobre o pensamento religioso ocidental[47].

Sua contribuição para a história dos surdos, contudo, ultrapassa o campo da tradução bíblica. Segundo registros históricos, São Jerônimo foi um dos primeiros eruditos a afirmar que os surdos poderiam aprender os ensinamentos religiosos por meio de sinais. Essa formulação representa um momento particularmente importante.

Ao reconhecer que a compreensão espiritual não dependia exclusivamente da audição e da oralidade, abriu-se espaço para admitir que outras formas de comunicação também eram legítimas. Em uma de suas epístolas, São Jerônimo defendeu a necessidade de educar os surdos utilizando recursos baseados na sinalização[48].

Tal posicionamento possui grande relevância histórica porque rompe parcialmente com interpretações que associavam linguagem apenas à fala. Ainda que distante das concepções modernas sobre línguas de sinais, essa reflexão contribuiu para ampliar as possibilidades educativas.

A proposta de São Jerônimo introduziu um princípio que se mostraria revolucionário nos séculos seguintes: a ideia de que aprender não depende exclusivamente de ouvir. Mesmo assim, demoraria muito tempo até que tais reflexões

---

[47] SILVA, Claudionir Borges da. **Cenário armado, objetos situados**: O ensino de geografia na educação de surdos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, pág. 25.

[48] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 40

produzissem mudanças práticas. Séculos depois surgiria outro episódio frequentemente lembrado na história da educação dos surdos.

John of Beverly [640-721]

Segundo registros históricos, o primeiro professor de surdos conhecido foi o arcebispo inglês John of Beverly, da

cidade de York. Por volta do ano 673 da Era Cristã, ele teria conseguido ensinar uma pessoa surda a produzir fala compreensível[49].

O referido acontecimento foi recebido com grande admiração. Naquele contexto histórico, tal experiência foi interpretada como um milagre. Entretanto, apesar do impacto causado, o método utilizado por John of Beverly não foi registrado nem sistematizado de forma suficiente para gerar continuidade. Consequentemente, sua experiência permaneceu como episódio isolado.

Somente muitos séculos depois surgiriam iniciativas educativas mais estruturadas e reconhecidas historicamente. Essas novas experiências dariam origem ao que posteriormente seria compreendido como o verdadeiro início da educação formal das pessoas surdas.

Humanismo, Renascimento e a descoberta da educabilidade dos surdos

Embora algumas experiências anteriores tenham sugerido a possibilidade de instrução das pessoas surdas, somente muitos séculos depois começaram a surgir iniciativas educativas mais consistentes e socialmente reconhecidas. Essas transformações ocorreram em um contexto histórico particularmente importante: a transição entre a Idade Média e a Modernidade.

[49] DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1718.

Naquele período, a Europa passava por profundas mudanças intelectuais, científicas e culturais. O pensamento humanista ganhava força, novas interpretações sobre o ser humano surgiam e antigos pressupostos começavam a ser questionados. Foi nesse ambiente que emergiram os primeiros estudos sistemáticos voltados para a compreensão da aprendizagem das pessoas surdas[50].

A partir do século XV, diferentes estudiosos passaram a defender que a ausência da audição não eliminava a capacidade intelectual. Essa mudança de concepção representou em um rompimento significativo com uma tradição filosófica que, desde Aristóteles, havia estabelecido forte associação entre linguagem oral e racionalidade.

Até então, predominava a ideia de que o surdo seria incapaz de aprender, porque não possuía acesso à fala. Os novos pensadores passaram a questionar exatamente esse pressuposto. Entre os nomes pioneiros que contribuíram para essa mudança destaca-se Bartolo della Marca d'Ancona. Jurista e escritor italiano, Bartolo ocupou lugar importante na história por apresentar uma posição considerada revolucionária para sua época[51].

Em uma atitude pioneira, Bartolo della Marca d'Ancona afirmou que o surdo poderia aprender utilizando a linguagem de sinais como instrumento de ensino. Tal formulação possuía enorme alcance teórico. Ao admitir que o aprendizado poderia ocorrer por caminhos diferentes da

[50] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 41
[51] SILVA, Claudionir Borges da. Op. cit., pág. 26.

oralidade, ele abriu espaço para reinterpretar completamente o conceito de educação. Seu pensamento encontra-se registrado na sua obra intitulada *Digesta Nova*. Esse texto tornou-se um dos primeiros documentos históricos conhecidos a abordar explicitamente a possibilidade de educar pessoas surdas. Naturalmente, suas ideias provocaram resistência. Naquele contexto histórico, muitos consideravam tais afirmações incompatíveis com o conhecimento vigente[52].

Para alguns críticos, Bartolo era visto como alguém excessivamente ousado. Contudo, sua argumentação não surgiu apenas como exercício teórico. Segundo os registros históricos, Bartolo relatou ter conhecido um homem completamente surdo chamado Nellus de Gabrielis, natural da cidade de Euguba. Esse indivíduo chamou sua atenção por demonstrar elevado grau de inteligência. Mesmo sem ouvir, conseguia compreender outras pessoas observando seus movimentos labiais[53].

Esse relato tornou-se particularmente importante porque constitui uma das referências históricas mais antigas ao fenômeno posteriormente conhecido como leitura labial. A observação de Bartolo produziu uma consequência decisiva. Ela demonstrava que a ausência de audição não impedia o desenvolvimento de estratégias alternativas de comunicação. Essa percepção abriria caminho para investigações posteriores.

---

[52] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 41.

[53] GAIMARD, Manon. **LIS e LSF: Due lingue dei segni a confronto [Analisi storica, legislativa e linguística]**. Tesi di laurea in Lingua Italiana Dei Segni I. Corso di Laurea Magistrale in Interpretazione. Scuola di Lingue e Letterature, Traduzione e Interpretazione, Sede di Forlì. Bolona (Itália): Alma Mater Studiorum Università di Bologna, 2014, pág. 71.

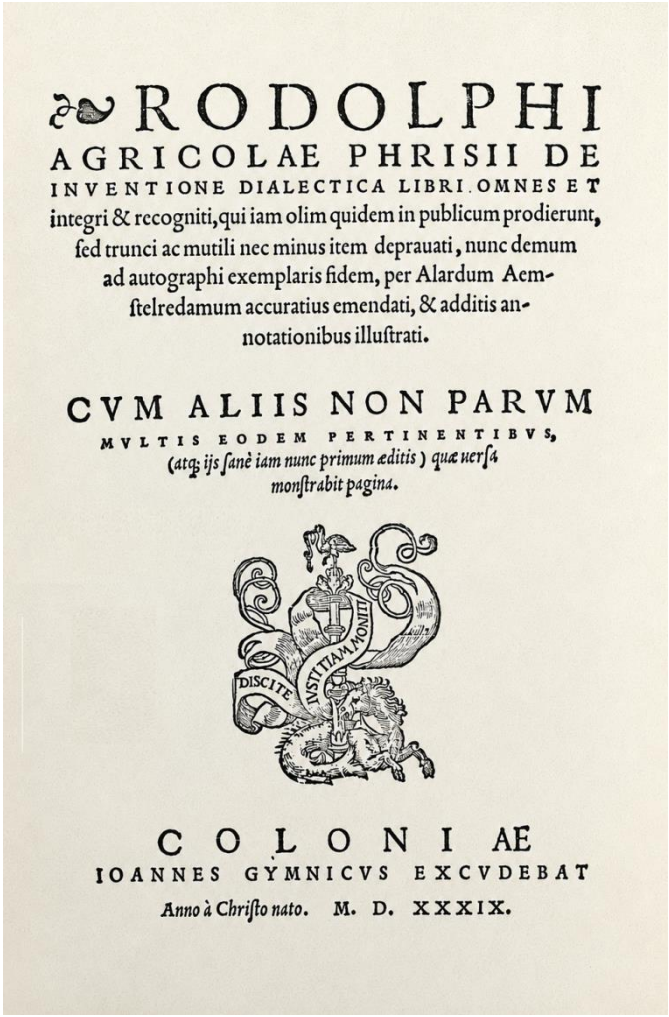
Algumas décadas depois, na Holanda, outro estudioso aprofundaria significativamente essas reflexões. Trata-se de Rudolf Agrícola. Humanista e intelectual renascentista, Agrícola começou a divulgar seus estudos sobre os surdos por volta de 1471. Seu pensamento representou importante avanço porque rompeu diretamente com uma das ideias mais influentes da tradição aristotélica[54].

Agrícola defendia que a capacidade de pensar e a capacidade de falar não eram a mesma coisa. Essa afirmação, aparentemente simples, produziu enorme impacto. Ao separar pensamento e oralidade, tornou-se possível admitir que uma pessoa surda poderia desenvolver plenamente sua inteligência. Para ele, os surdos poderiam comunicar ideias por meio da escrita. Essa perspectiva ampliava significativamente o horizonte educacional. Não era mais necessário considerar a oralidade como único caminho para aquisição de conhecimento. Se o pensamento existia independentemente da fala, então também seria possível ensinar.

Movido por essa convicção, Agrícola realizou experiências educativas. Em torno de 1470, conseguiu fazer com que uma criança surda desenvolvesse formas de comunicação tanto oral quanto escrita. Esse trabalho pioneiro foi posteriormente documentado em sua obra intitulada *De inventione dialectica*. Nela, Agrícola registrou suas observações e consolidou uma posição que se tornaria decisiva para os séculos seguintes. E passou a afirmar que pessoas surdas de

[54] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 43.

nascença eram plenamente capazes de expressar seus pensamentos por meio da escrita[55].



RODOLPHI
AGRICOLAE PHRISII DE
INVENTIONE DIALECTICA LIBRI OMNES ET
integri & recogniti, qui iam olim quidem in publicum prodierunt,
sed trunci ac mutili nec minus item deprauati, nunc demum
ad autographi exemplaris fidem, per Alardum Aem-
stelredamum accuratius emendati, & additis an-
notationibus illustrati.

CVM ALIIS NON PARVM
MVLTIS EODEM PERTINENTIBVS,
(atq; ijs sanè iam nunc primum æditis) quæ uersa
monstrabit pagina.

DISCITE IVSTITIAM MONITI

COLONIAE
IOANNES GYMNICVS EXCVDEBAT
Anno à Christo nato. M. D. XXXIX.

***De inventione dialectica*, Edição de 1539**

[55] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 43.

Essa conclusão provocou repercussões importantes. Se o surdo podia escrever, então podia demonstrar compreensão, registrar vontades e participar de relações jurídicas. Consequentemente, começaram a surgir novas possibilidades de inserção social. O impacto dessas ideias alcançou diferentes regiões da Europa.

Entre aqueles profundamente influenciados por Agrícola encontrava-se Girolamo Cardano. Médico, matemático e astrólogo italiano, Cardano viveu entre os séculos XVI-XVII e dedicou parte importante de seus estudos à investigação da audição e da aprendizagem. Ao entrar em contato com os escritos de Agrícola, decidiu aprofundar suas pesquisas. Passou então a estudar o funcionamento do ouvido e os mecanismos relacionados à comunicação humana[56].

Entretanto, sua maior contribuição não ocorreu apenas no campo fisiológico. Cardano desenvolveu uma concepção educacional inovadora e defendeu que os surdos poderiam ser ensinados utilizando símbolos. Para ele, a escrita poderia representar tanto sons quanto ideias.

Essa formulação representava um avanço extraordinário. Ao reconhecer que conhecimento e linguagem não dependiam exclusivamente da oralidade, Cardano desmontava uma tradição que durante séculos havia negado capacidade intelectual às pessoas surdas. Sua conclusão era clara: a mudez não impedia a aquisição de conhecimento. Essa posição marcou profundamente a história da educação. Pela

[56] DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Op. cit., pág. 1718.

primeira vez um estudioso reconhecido afirmava explicitamente que a surdez não comprometia a inteligência[57].

Girolamo Cardano [1501-1579]

[57] SOARES, Maria Aparecida Leite. Op. cit., pág. 17.

Cardano também realizou observações sobre diferentes formas de aprendizagem entre pessoas surdas. Segundo suas análises, o desempenho educacional não era determinado pela ausência de audição. Com isso, passou a defender que a educação deveria concentrar-se em leitura e escrita.

Sua proposta possuía alcance muito maior do que simplesmente ensinar palavras. Tratava-se de reconhecer os surdos como sujeitos capazes de construir conhecimento. Ao sustentar que os surdos poderiam aprender sem depender da fala, Cardano inaugurou um novo paradigma[58].

Assim, deixava-se de interpretar a surdez apenas como deficiência fisiológica e passava-se a considerá-la também como questão educacional. Para Cardano, o surdo não era inferior. Era apenas alguém que necessitava de formas específicas de ensino. Essa compreensão representou uma ruptura histórica. Além disso, sua contribuição alcançou também outras áreas da educação especial, influenciando posteriormente algumas das abordagens voltadas às pessoas com deficiência visual[59].

É importante ressaltar que as ideias desses pioneiros criaram as bases intelectuais que permitiriam o surgimento das primeiras experiências sistemáticas de escolarização dos surdos. Nos séculos seguintes, essas experiências deixariam de ser iniciativas isoladas e passariam a constituírem em projetos

[58] DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Op. cit., pág. 1718.
[59] SCHLINDWEIN, Ana Flora; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; COSTA, Edivaldo da Silva BARBOSA, Mônica de Gois Silva. **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. São Cristóvão-SE: UFS/CESAD 2021, pág. 17.

educativos organizados. Esse movimento abriria caminho para o surgimento dos primeiros professores especializados e para as primeiras escolas destinadas às pessoas surdas.

Pedro Ponce de León, Juan Pablo Bonet e a consolidação inicial da educação formal dos surdos

As reflexões desenvolvidas durante o Humanismo e o Renascimento produziram efeitos profundos sobre a forma como a sociedade europeia passou a compreender as pessoas surdas. Aos poucos, antigas certezas começaram a ser questionadas e tornou-se cada vez mais difícil sustentar a ideia de que a ausência da audição implicaria incapacidade intelectual.

As contribuições de Bartolo della Marca d'Ancona, Rudolf Agrícola e Girolamo Cardano abriram caminho para uma transformação ainda mais significativa: a passagem do reconhecimento teórico da educabilidade dos surdos para experiências concretas de ensino. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros esforços sistemáticos de escolarização[60].

O século XVI ocupa posição especial na história da educação dos surdos porque marca o início das experiências que deixaram de ser episódios isolados e passaram a constituir métodos organizados de instrução. Entre os nomes mais importantes desse período encontra-se Pedro Ponce de León. Nascido na Espanha e pertencente à ordem beneditina, Pedro

[60] GAIMARD, Manon. Op. Cit., pág. 43.

Ponce de León tornou-se historicamente reconhecido como um dos pioneiros da educação sistemática de pessoas surdas[61].

Monumento a Pedro Ponce de León, monge beneditino espanhol frequentemente reconhecido como o primeiro professor de surdos, [Parque do Retiro, em Madri]

Sua atuação ocorreu dentro dos mosteiros, ambientes que, naquele período, exerciam papel central na preservação e produção do conhecimento. Os mosteiros não eram apenas centros religiosos; funcionavam também como espaços educativos e culturais. Foi justamente nesse ambiente que surgiram condições favoráveis para experimentações pedagógicas.

[61] SCHLINDWEIN, Ana Flora et al. Op. cit., pág. 17.

Pedro Ponce de León dedicou-se inicialmente à educação de jovens surdos pertencentes a famílias nobres espanholas. A escolha desse público não ocorreu por acaso. Assim como ocorrera anteriormente em Roma, interesses patrimoniais e sucessórios continuavam exercendo forte influência[62].

As famílias aristocráticas buscavam garantir que seus descendentes surdos pudessem receber heranças e administrar bens. Para isso, era necessário demonstrar que possuíam capacidade intelectual e comunicativa. Ponce de León passou então a desenvolver métodos que permitissem aos estudantes surdos adquirir formas de expressão reconhecidas socialmente.

Seu trabalho tornou-se histórico porque rompeu definitivamente com a crença de que o surdo seria ineducável. Segundo os registros existentes, Ponce de León conseguiu ensinar jovens surdos a ler, escrever e utilizar formas de comunicação oral. Além disso, introduziu práticas que utilizavam sinais e estratégias manuais[63].

Embora não exista documentação completa sobre todos os detalhes de sua metodologia, reconhece-se que ela envolvia múltiplos recursos de comunicação. Esse aspecto possui enorme importância histórica. Ao contrário de perspectivas posteriores que buscariam impor exclusivamente a oralidade, Ponce de León parece ter adotado abordagem mais flexível. Seu objetivo principal era promover aprendizagem. Entre os recursos atribuídos ao seu método

[62] DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Op. cit., págs. 1719-1720.
[63] SCHLINDWEIN, Ana Flora et al. Op. cit., pág. 17.

encontra-se o uso da datilologia. A datilologia corresponde ao emprego de configurações manuais para representar letras do alfabeto. Esse sistema permitia estabelecer correspondência entre linguagem escrita e expressão manual. Sua utilização representou avanço significativo porque ampliava as possibilidades de alfabetização.

Por meio desse recurso, estudantes surdos conseguiam associar símbolos gráficos à comunicação. Ainda que não correspondesse plenamente às modernas línguas de sinais, a datilologia tornou-se instrumento importante na história da educação dos surdos. Os resultados alcançados por Pedro Ponce de León despertaram interesse em diferentes regiões da Europa[64].

Gradualmente consolidou-se a percepção de que o ensino das pessoas surdas era possível. Essa mudança produziu novas experiências educativas. Entre os responsáveis por aprofundar esse processo destaca-se Juan Pablo Bonet. Também espanhol, Bonet tornou-se figura central na história da educação dos surdos. Sua principal contribuição ocorreu no início do século XVII[65].

Em 1620 publicou uma obra considerada um marco histórico: *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*. Esse trabalho ocupa posição de destaque porque apresenta um dos primeiros métodos sistematizados destinados ao ensino das pessoas surdas[66].

---

[64] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. cit., pág. 27.
[65] SANTOS, José Ozildo dos et al. Op. cit., pág. 51.
[66] Idem, ibidem.

Juan Pablo Bonet [1573-1633]

Ao contrário de experiências anteriores, limitadas muitas vezes à prática cotidiana, Bonet organizou princípios pedagógicos e registrou procedimentos educativos. Sua obra proporcionou maior difusão dessas experiências. Ele defendia que o ensino deveria começar pelo domínio das letras. Para alcançar esse objetivo, utilizava um alfabeto manual. Esse recurso permitia representar visualmente cada letra do sistema escrito.

A proposta de Bonet associava linguagem escrita, movimentos articulatórios e exercícios voltados para a oralização. Sua metodologia possuía forte preocupação com o desenvolvimento da fala. Por essa razão, muitos estudiosos identificam em sua obra elementos que posteriormente seriam incorporados pelas correntes oralistas.

Entretanto, é importante observar que a contribuição histórica de Bonet não pode ser reduzida apenas à defesa da oralidade. Seu trabalho representou, sobretudo, uma tentativa de demonstrar que os surdos podiam aprender. Ao registrar métodos e organizar estratégias de ensino, Bonet ajudou a consolidar a educação dos surdos como campo específico de conhecimento.

O livro de Bonet exerceu influência em diferentes países europeus. Professores passaram a estudar suas técnicas e adaptar seus procedimentos. Com isso, a educação dos surdos começou lentamente a deixar o ambiente exclusivamente doméstico ou religioso e aproximou-se da institucionalização escolar. Outra consequência importante desse processo foi o fortalecimento do entendimento de que pessoas surdas possuíam potencial intelectual equivalente ao dos ouvintes. Essa mudança alterou gradualmente a maneira como a sociedade observava a surdez[67].

Embora preconceitos permanecessem presentes, tornava-se cada vez mais difícil sustentar antigas concepções de incapacidade absoluta. Os avanços ocorridos na Espanha

[67] MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: REVINTER/FAPESP, 2000, pág. 18.

serviriam de referência para iniciativas futuras desenvolvidas em outras regiões da Europa.

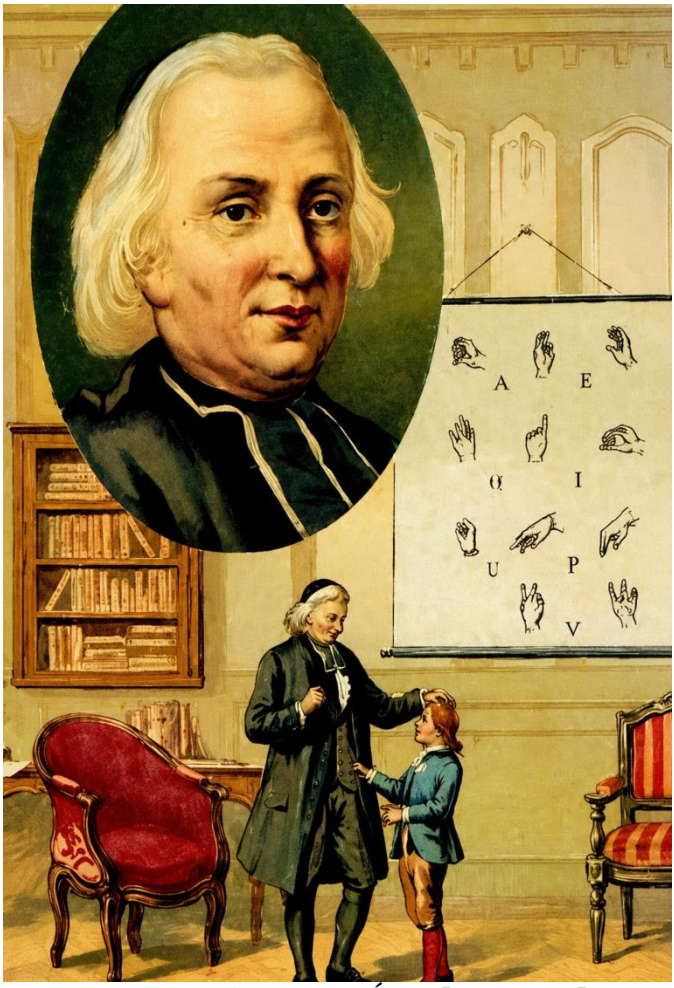
Nos séculos seguintes, novas propostas metodológicas surgiriam, ampliando o debate entre oralidade, sinais e diferentes formas de comunicação. Essa discussão alcançaria seu ponto mais intenso durante os séculos XVIII e XIX. Seria nesse cenário que surgiriam personagens decisivos para a história da educação dos surdos, entre eles Charles-Michel de L'Épée, Thomas Braidwood e Samuel Heinicke. Suas propostas redefiniriam completamente os rumos da educação de surdos no mundo[68].

L'Épée, oralismo, Congresso de Milão e a construção do bilinguismo

Os avanços produzidos pelas experiências educativas desenvolvidas na Espanha abriram caminho para transformações ainda mais amplas na história da educação dos surdos. A partir do século XVIII, diferentes países europeus passaram a organizar métodos próprios de ensino e criar instituições voltadas especificamente para estudantes surdos.

Esse período representa uma etapa decisiva porque marca a passagem das experiências individuais para OS modelos educacionais estruturados. Foi nesse contexto que surgiu uma das figuras mais influentes da história da educação de surdos: Charles-Michel de L'Épée[69].

[68] SILVA, Claudionir Borges da. Op. Cit., 27.
[69] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. cit., pág. 29.



Charles-Michel de L'Épée [1712-1789]

Sacerdote francês, L'Épée tornou-se reconhecido internacionalmente por sua contribuição para o desenvolvimento do ensino por sinais. Seu trabalho nasceu de uma observação simples, mas revolucionária para a época: os

surdos já se comunicavam entre si utilizando sistemas gestuais. Ao perceber essa realidade, L'Épée concluiu que a educação deveria partir das formas naturais de comunicação utilizadas pelos próprios surdos. Essa percepção representou ruptura significativa com métodos anteriores centrados exclusivamente na oralização.

Charles-Michel de L'Épée passou então a estudar os sinais utilizados pelos surdos franceses e desenvolveu um sistema pedagógico fundamentado no uso da comunicação visual. Seu objetivo era permitir acesso à leitura, à escrita e ao conhecimento formal.

Ao contrário de propostas que buscavam substituir os sinais pela fala, L'Épée defendia que a comunicação gestual deveria ocupar posição central no processo educativo. Com base nesses princípios, ele fundou em Paris uma instituição destinada ao ensino de pessoas surdas. Essa escola tornou-se referência internacional e adquiriu enorme importância histórica. Pela primeira vez uma experiência educativa voltada aos surdos alcançava organização institucional ampla e visibilidade pública. Além disso, a iniciativa de L'Épée contribuiu para modificar profundamente a percepção social acerca da surdez[70].

Ao demonstrar que estudantes surdos eram capazes de aprender conteúdos complexos, aquele sacerdote francês enfraqueceu antigas crenças sobre incapacidade intelectual. Sua proposta educacional também produziu consequências culturais importantes. A convivência entre estudantes surdos

[70] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. cit., pág. 29.

fortaleceu formas próprias de interação e favoreceu o desenvolvimento das primeiras línguas de sinais.

Gradualmente, na França, começou a consolidar-se o entendimento de que os surdos não constituíam apenas um grupo definido por uma limitação sensorial, mas também uma comunidade com experiências e formas específicas de comunicação. A influência de L'Épée ultrapassou rapidamente as fronteiras francesas[71].

Outras iniciativas semelhantes começaram a surgir na Europa. Na Escócia, por exemplo, destacou-se Thomas Braidwood. Educador escocês, Braidwood desenvolveu metodologia baseada no uso do alfabeto manual realizado com as duas mãos. Seu método buscava combinar diferentes estratégias pedagógicas[72].

Por meio dele, estudantes aprendiam leitura, escrita, significado das palavras, pronúncia e leitura orofacial. Além do trabalho metodológico, Braidwood fundou em Edimburgo uma das primeiras instituições especializadas no ensino de pessoas surdas. Sua contribuição consolidou ainda mais a expansão da educação especializada na Europa. Entretanto, nesse mesmo período começaram a surgir divergências metodológicas importantes.

Na Alemanha destacou-se Samuel Heinicke. Considerado um dos principais defensores do chamado oralismo, Heinicke fundou em Leipzig a primeira escola para

---

71 BRADDOCK, David L.; PARISH, Susan L. An institutional history of disability. In: G. Albrecht; K. Seelman; M. Bury (Eds.). **Handbook of disability studies**. New York: Sage, 2001, pág. 91.

72 SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 60.

surdos daquele país. Sua proposta educativa baseava-se em princípios bastante diferentes daqueles defendidos por L'Épée. Para Heinicke, o objetivo central da educação deveria ser ensinar o surdo a utilizar a língua oral. Sua concepção partia do pressuposto de que a fala seria condição essencial para integração social.

Samuel Heinicke [1727-1790]

Retomando perspectivas próximas às antigas formulações aristotélicas, o oralismo associava desenvolvimento intelectual à verbalização oral. Dentro dessa lógica, os sinais deixavam de ocupar posição central. O ideal educacional passava a ser aproximar o estudante surdo do modelo considerado normal, representado pelo ouvinte. Essa orientação trouxe importantes consequências.

Ao compreender os surdos como sujeitos que precisariam ser corrigidos ou adaptados, o oralismo reduziu o valor das experiências culturais surdas. As línguas de sinais passaram a ser vistas por muitos educadores como recursos inferiores ou transitórios. Mesmo alcançando grande projeção internacional, a metodologia oralista produziu efeitos controversos[73].

Ao enfatizar exclusivamente a fala, frequentemente ignorava-se os aspectos cognitivos, sociais e culturais do desenvolvimento humano. No século XIX, essas disputas metodológicas tornaram-se ainda mais intensas. Na Espanha, por exemplo, o educador surdo Tiburcio Hérnandez implantou práticas oralistas após a reabertura da Escola Real em 1814. Defensor da superioridade da oralização, Tiburcio promoveu mudanças profundas nos métodos anteriormente utilizados. Sua atuação provocou forte reação de professores surdos[74].

Ao longo daquele século, em diversos países, a educação de surdos passou progressivamente para o controle

[73] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. Cit., pág. 34.
[74] BRADDOCK, David L.; PARISH, Susan L. Op. cit., pág. 92.

de especialistas ouvintes. Enquanto isso, na França, o Instituto criado por L'Épée continuava defendendo o uso dos sinais. Professores como Bébian e Paulmier destacaram-se ao reconhecer o valor da linguagem de sinais e defender a existência da cultura surda.

Esse confronto entre oralismo e manualismo permaneceu durante décadas. O ponto culminante dessa disputa ocorreu em 1880. Entre os dias 6 e 11 de setembro daquele ano realizou-se, em Milão, o *'II Congresso Internacional de Educação de Surdos'*. Participaram professores e especialistas de diversos países. O objetivo principal era definir qual metodologia deveria orientar a educação dos surdos. Entre as propostas discutidas encontravam-se três possibilidades: oralismo, língua de sinais ou combinação dos dois modelos[75].

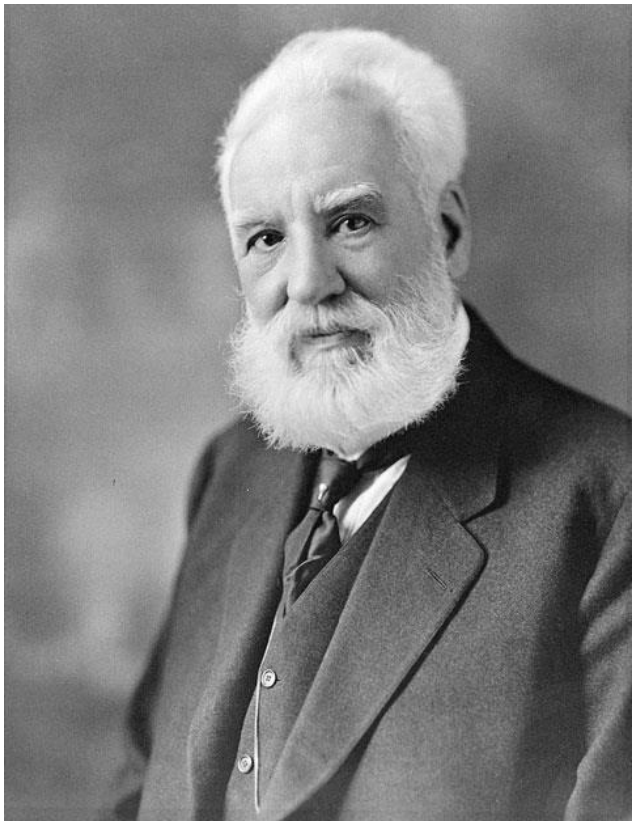
Apesar dos avanços já alcançados pela educação baseada nos sinais, o referido congresso aprovou o oralismo. A decisão produziria consequências profundas. Ignorou-se o fato de que diferentes países já possuíam línguas de sinais estruturadas e experiências educativas bem-sucedidas. Com a aprovação do oralismo, iniciou-se um período de forte restrição ao uso dos sinais.

Durante décadas, estudantes surdos passaram a ser incentivados - e muitas vezes obrigados - a abandonar formas naturais de comunicação. Esse momento é frequentemente considerado um dos maiores retrocessos na história da educação dos surdos. Diversos fatores contribuíram para essa decisão.

---

[75] ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. Op. Cit., pág. 34.

Entre eles destacaram-se antigas concepções filosóficas sobre superioridade da palavra falada e interpretações religiosas relacionadas à necessidade de confissão oral. Outro personagem que exerceu forte influência nesse contexto foi Alexander Graham Bell.

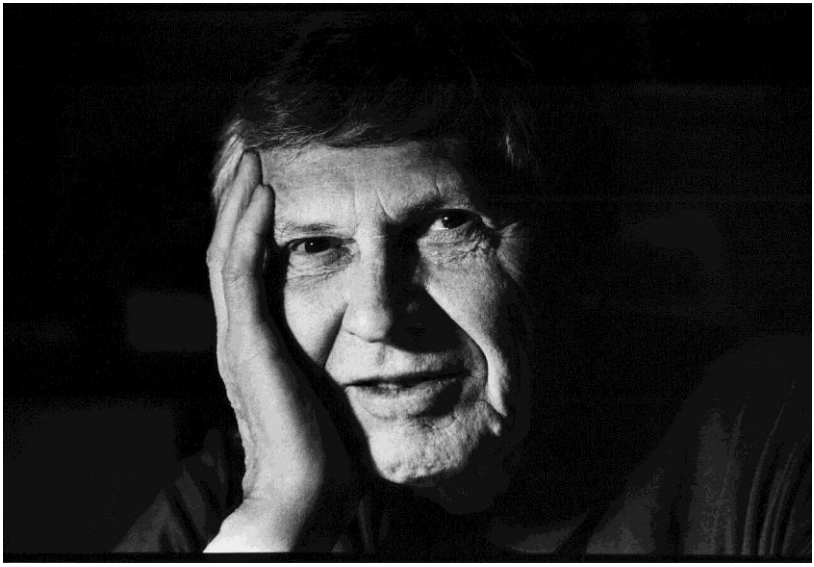


Alexander Graham Bell [1847-1922]

Conhecido mundialmente pela invenção do telefone, Bell tornou-se também um dos mais destacados defensores do

oralismo. Ele argumentava que os surdos deveriam adaptar-se ao mundo ouvinte. Além disso, defendia que professores surdos não deveriam participar da educação dos estudantes, por considerar que isso dificultaria a integração social. Os efeitos dessa decisão permaneceram por muitas décadas[76].

Somente a partir dos anos 1960 começaram a surgir críticas mais consistentes ao oralismo. Pesquisas linguísticas desenvolvidas inicialmente nos Estados Unidos passaram a investigar cientificamente a estrutura das línguas de sinais[77].



William Stokoe [1919-2000]

[76] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 65.
[77] MOURA, Maria Cecilia de; HARRISON, Kathryn M. Pacheco. A inclusão do surdo na universidade - mito ou realidade? **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 26, 2010, pág. 334.

Nesse contexto, destacou-se William Stokoe. Ao publicar seus estudos sobre a língua de sinais americana, Stokoe demonstrou que essas línguas possuíam estrutura interna, gramática e capacidade expressiva, equivalentes às línguas orais. Essa descoberta transformou profundamente o campo educacional.

As línguas de sinais passaram a ser reconhecidas como sistemas linguísticos completos. Em decorrência dessas pesquisas surgiu, na década de 1970, uma nova proposta educacional conhecida como Comunicação Total. Essa tendência defendia o uso combinado de diferentes recursos comunicativos[78].

A Comunicação Total admitia sinais, leitura labial, gestos, alfabeto manual e outras estratégias. Embora mantivesse valorização da língua oral, recolocou os sinais novamente no centro do debate. Posteriormente, novas pesquisas conduziram ao desenvolvimento da proposta bilíngue. Segundo essa concepção, o surdo deve adquirir inicialmente a língua de sinais como língua natural e, posteriormente, aprender a língua oficial de seu país, principalmente na modalidade escrita.

O bilinguismo diferencia-se tanto do oralismo quanto da Comunicação Total. Reconhece que línguas de sinais e línguas orais possuem estruturas próprias e não devem ser confundidas. Além disso, entende que o surdo não precisa abandonar sua condição para participar da sociedade. Ao

[78] DUARTE, Soraya Bianca Reis [et al.]. Op. cit., pág. 1726.

contrário, a educação bilíngue valoriza a identidade, a cultura e a autonomia.

Atualmente, o bilinguismo encontra-se consolidado em diferentes países. Entretanto, em muitos contextos, os efeitos históricos do oralismo ainda permanecem presentes. No Brasil, por exemplo, sua imposição afetou profundamente o desenvolvimento da língua de sinais, interrompendo processos que somente voltariam a ganhar força muitas décadas depois.

Assim, a história da educação dos surdos revela um percurso marcado por disputas, avanços e retrocessos, demonstrando que reconhecer diferentes formas de comunicação significa também reconhecer diferentes formas de existir e aprender.

A educação de surdos no Brasil: Origens, consolidação e desafios históricos

O início da educação de surdos no Brasil

A história da educação de surdos no Brasil possui uma trajetória marcada por desafios, conquistas e transformações que contribuíram significativamente para a constituição da identidade linguística e cultural da comunidade surda brasileira. Oficialmente, esse processo teve início na segunda metade do século XIX, período em que diversos países europeus já possuíam experiências consolidadas na educação de pessoas surdas. Na Europa, especialmente na França, conforma já registrado neste livro, existiam instituições especializadas que utilizavam metodologias de ensino desenvolvidas por importantes educadores, entre os quais se destacava Charles Michel L'Épée, considerado um dos pioneiros na sistematização da educação de surdos[79].

Quando a educação formal de surdos começou a ser implantada no Brasil, as experiências europeias já serviam como referência para diversos países. Dessa forma, o modelo

[79] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 73.

educacional adotado inicialmente em território brasileiro recebeu forte influência francesa, especialmente no que se refere à utilização da língua de sinais como instrumento de comunicação e ensino.

A história da educação de surdos no Brasil está intimamente ligada ao surgimento e ao desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ambas evoluíram de forma paralela desde as primeiras iniciativas educacionais, iniciadas no final da década de 1850, período em que se estabeleceram as bases linguísticas que deram origem à Libras[80].

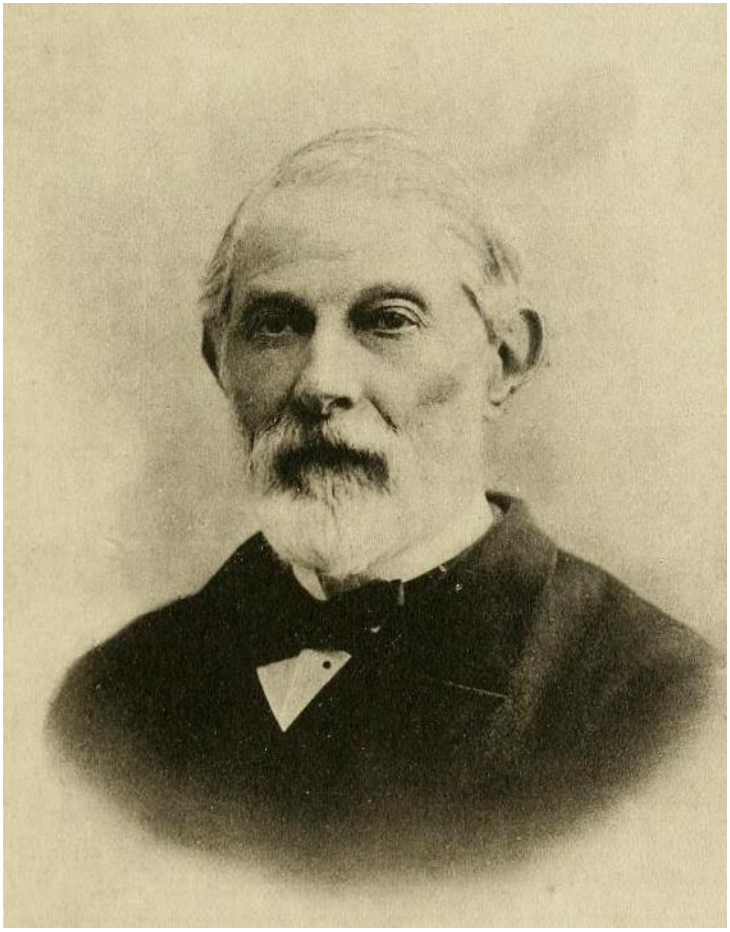
O reconhecimento da Libras foi resultado de um longo processo histórico, marcado pela influência da Língua Francesa de Sinais. Essa influência decorreu, sobretudo, da atuação do professor surdo francês Eduard Huet, cuja participação foi decisiva na criação da primeira escola pública para surdos no Rio de Janeiro, tornando-se uma figura central na história da educação de surdos no Brasil[81].

Eduard Huet e sua contribuição pioneira

Eduard Huet du Pavillon nasceu em 1822 e destacou-se como professor surdo na França. Sua experiência profissional e seu conhecimento acerca da educação de pessoas surdas fizeram dele uma referência importante no contexto

[80] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 73.
[81] MENEZES, Ronny Diógenes. Libras: Uma reflexão a respeito do histórico de uso do termo. **Revista Artes e Inclusão**, v. 15, n. 2, abr.-jun., 2019, pág. 130.

europeu. Convencido de que os surdos possuíam plenas capacidades intelectuais e educacionais, Huet dedicou sua vida ao ensino e à defesa do acesso à educação para essa parcela da população[82].



Eduard Huet du Pavillon [1819-1908]

[82] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., págs. 73-74.

Convidado pelo imperador D. Pedro II, Huet veio para o Brasil em 1855 com a missão de desenvolver as primeiras iniciativas formais voltadas à educação de surdos. Sua chegada representou um marco histórico, pois inaugurou um novo período de atenção institucional às necessidades educacionais das pessoas surdas brasileiras[83].

Logo após chegar ao Brasil, Huet passou a apresentar e ensinar o alfabeto manual de origem francesa. Esse sistema tornou-se uma importante ferramenta de comunicação para os surdos da época e contribuiu significativamente para o desenvolvimento de formas mais organizadas de interação entre os membros da comunidade surda.

Como educador e como pessoa surda, Huet acreditava profundamente no potencial de aprendizagem dos surdos. Sua atuação foi pautada pela convicção de que a deficiência auditiva não deveria constituir um obstáculo para o desenvolvimento intelectual e social. Essa visão representava uma perspectiva inovadora para o período, especialmente em uma sociedade que ainda possuía reduzida compreensão acerca das capacidades das pessoas surdas[84].

A chegada de Eduard Huet ao Brasil ocorreu em um momento de importantes transformações no Império. D. Pedro II demonstrava grande interesse pelas ciências, pela educação e pelo desenvolvimento cultural do país. Sensível às necessidades de diferentes grupos sociais, o imperador

[83] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., págs. 73-74.
[84] DUARTE, Soraya Bianca Reis [et al.]. Op. cit., pág. 1726.

acolheu a proposta apresentada pelo professor francês para a criação de uma instituição destinada à educação de surdos.

Vindo diretamente do renomado Instituto de Surdos de Paris, Huet apresentou a D. Pedro II um relatório em língua francesa no qual defendia a criação de uma escola especializada para surdos no Brasil. O documento destacava a importância da educação como instrumento de inclusão social e demonstrava os resultados positivos já alcançados por instituições semelhantes na Europa[85].

Após analisar a proposta, o imperador autorizou a implantação da iniciativa. Assim, em 1º de janeiro de 1856, começou a funcionar a primeira escola destinada à educação de surdos no Brasil. Inicialmente, suas atividades foram desenvolvidas nas dependências do *'Colégio M. de Vassimon'*, localizado na cidade do Rio de Janeiro[86].

Essa primeira experiência educacional constituiu um acontecimento de enorme relevância histórica, pois representou o início da organização sistemática do ensino para pessoas surdas em território brasileiro. Pela primeira vez, um grupo de surdos passou a ter acesso a uma instituição criada especificamente para atender às suas necessidades educacionais.

---

[85] FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. Um breve relato histórico do ensino de Libras no Brasil. SIMEDUC, 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, Maceió, 24 a 26 de março de 2021, **Anais**..., pág. 6.

[86] CARDOSO, Luana da Luz; HEROLD JÚNIOR, Carlos. Educação e surdez na década de 1950 no Brasil: Um panorama histórico acerca de Ana Rímoli de Faria Dória. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 68, jun., 2016, pág. 143.

A criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos

Os resultados obtidos por Huet durante os primeiros anos de trabalho demonstraram a viabilidade e a importância da educação especializada para surdos. Reconhecendo o êxito da iniciativa, D. Pedro II decidiu institucionalizar definitivamente o projeto. Dessa forma, em 26 de setembro de 1857, foi criado o *'Imperial Instituto dos Surdos-Mudos'*. O novo estabelecimento tornou-se o principal marco da educação de surdos no Brasil e passou a receber estudantes oriundos de diversas províncias do Império[87].

Após sua criação, Huet foi nomeado o primeiro diretor da instituição. Sob sua liderança, o referido instituto consolidou-se como um espaço de aprendizagem, de convivência e de desenvolvimento humano para os alunos surdos.

A fundação do *'Imperial Instituto dos Surdos-Mudos'* representou muito mais do que a criação de uma escola. Ela possibilitou o encontro de pessoas surdas provenientes de diferentes regiões do país, favorecendo o intercâmbio de experiências comunicativas e contribuindo diretamente para a formação da futura Língua Brasileira de Sinais[88].

Diversos pesquisadores apontam que foi nesse ambiente institucional que ocorreu a aproximação entre a Língua Francesa de Sinais e os sistemas gestuais já utilizados espontaneamente por surdos brasileiros. Essa interação

[87] MENEZES, Ronny Diógenes. Op. cit., pág. 130.
[88] CARDOSO, Luana da Luz; HEROLD JÚNIOR, Carlos. Op. cit., pág. 143.

linguística produziu um processo gradual de construção de uma língua própria, adaptada à realidade nacional[89].

O método combinado e o surgimento da Língua Brasileira de Sinais

Seguidor das ideias pedagógicas de Charles Michel L'Épée, o professor Eduard Huet introduziu no Brasil o chamado método combinado. Essa proposta educativa articulava diferentes estratégias de ensino e valorizava a comunicação entre os estudantes surdos. No currículo do Instituto estavam presentes disciplinas como Língua Portuguesa, Aritmética, Linguagem Articulada e Leitura Labial, além de outros conteúdos considerados importantes para a formação dos alunos[90].

Ao mesmo tempo, a comunicação cotidiana ocorria por meio de uma combinação entre elementos da Língua de Sinais Francesa e sinais já utilizados por surdos brasileiros em seus contextos familiares e comunitários. Esse processo de interação linguística revelou-se extremamente significativo para a construção da identidade cultural da comunidade surda nacional[91].

---

[89] FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. Op. cit., pág. 7.
[90] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 75.
[91] BARROS, Eudenia Magalhães. Mobilizações políticas e o movimento surdo: sobre os (novos) arranjos das ações coletivas contemporâneas. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos/Expandido Fronteiras. Natal, 03 a 06 de agosto de 2014. **Anais**..., pág. 8.

A partir do alfabeto datilológico francês introduzido por Huet, muitos sinais utilizados informalmente pelos surdos brasileiros passaram a ser organizados, adaptados e ampliados. Gradualmente, foi sendo formado um sistema linguístico próprio, fortemente influenciado pela experiência francesa, mas também marcado pelas características culturais brasileiras.

Assim, o que atualmente se conhece como Língua Brasileira de Sinais começou a ser construído nesse período histórico. Não se tratou de uma criação instantânea, mas de um processo contínuo de desenvolvimento linguístico que envolveu educadores, estudantes e toda a comunidade surda[92].

A importância do trabalho desenvolvido por Eduard Huet ultrapassa, portanto, os limites da educação formal. Sua atuação contribuiu diretamente para o nascimento da Libras e para a constituição de uma identidade surda brasileira, cujos reflexos permanecem presentes até os dias atuais.

A disseminação dessa língua ocorreu gradativamente por meio dos próprios surdos, que passaram a atuar como agentes multiplicadores em seus ambientes de convivência. Ao retornarem para suas cidades de origem ou ao estabelecerem novas relações sociais, difundiam os conhecimentos adquiridos, ampliando o alcance da língua de sinais em diferentes regiões do país[93].

---

[92] FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. Op. cit., pág. 75.

[93] MENEZES, Ronny Diógenes. Libras: Uma reflexão a respeito do histórico de uso do termo. **Revista Artes e Inclusão**, v. 15, n. 2, p. 125-144, abr.-jun., 2019, pág. 130.

Esse movimento inicial foi fundamental para a consolidação futura da Libras e para o fortalecimento da comunidade surda brasileira, que encontraria, ao longo das décadas seguintes, novos desafios, avanços e processos de reconhecimento social e educacional.

A consolidação do Instituto Nacional de Educação de Surdos

O trabalho iniciado por Eduard Huet representou um marco decisivo para a educação de surdos no Brasil. A instituição por ele fundada, com o apoio de D. Pedro II, tornou-se o principal espaço de formação da comunidade surda brasileira durante o século XIX e desempenhou papel fundamental na consolidação da Língua Brasileira de Sinais.

Em 1859, poucos anos após sua criação, a instituição passou a ser denominada Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), nomenclatura pela qual se tornaria conhecida em todo o país. Desde então, o INES consolidou-se como referência nacional na educação de surdos, posição que mantém até os dias atuais[94].

O reconhecimento alcançado pela instituição foi resultado direto da qualidade do trabalho desenvolvido em seus primeiros anos de funcionamento. À medida que novos alunos chegavam de diferentes regiões do Brasil, ampliavam-se também as possibilidades de difusão da língua de sinais e de fortalecimento da identidade cultural surda.

[94] MENEZES, Ronny Diógenes. O. cit., pág. 130.

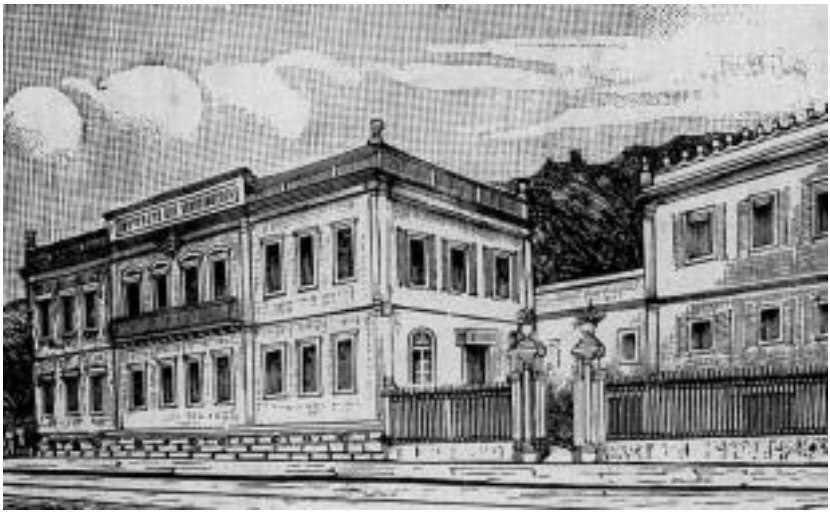
O surgimento de novas escolas voltadas para a educação de surdos contribuiu significativamente para a consolidação da língua de sinais em território nacional. Entretanto, o INES permaneceu como principal centro de formação e de referência para as demais iniciativas educacionais voltadas à comunidade surda[95].

A saída de Eduard Huet e o período de crise

Após transmitir ao Brasil os conhecimentos adquiridos na Europa e implantar as bases da educação de surdos no Brasil, Eduard Huet du Pavillon deixou suas atividades no início da década de 1860. Conforme registram diversos estudiosos, problemas de ordem pessoal contribuíram para sua decisão de deixar o Brasil e seguir para o México, onde continuaria exercendo atividades educacionais. Sua saída representou uma perda significativa para a instituição que havia ajudado a construir[96].

Embora sua permanência em território brasileiro tenha sido relativamente curta, a influência de Huet mostrou-se profunda e duradoura. Os fundamentos pedagógicos por ele implantados continuaram presentes por muitos anos e serviram de referência para as gerações posteriores de educadores.

[95] MENEZES, Ronny Diógenes. Op. cit., pág. 130.
[96] ALMEIDA, Magno Pinheiro de. História de Libras: Característica e sua estrutura. **Revista Philologus**, ano 18, n. 54, Suplemento, 2012, pág. 316.



As antigas instalações do Instituto Nacional de Surdo em um desenho ilustrativo datado de 1888

Entretanto, a saída de seu fundador inaugurou um período de instabilidade administrativa no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Estudos históricos mostram que o INES passou por momentos difíceis, enfrentando dificuldades que chegaram a colocar em risco sua própria existência. A instituição viveu uma crise tão profunda que quase culminou com seu fechamento. A ausência de uma liderança preparada para dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Huet comprometeu significativamente a qualidade das atividades educacionais[97].

[97] ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos**: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC, 2009, pág. 39.

Durante esse período, o instituto esteve sob a direção de diferentes gestores, muitos dos quais não possuíam experiência específica na educação de surdos. Tal situação prejudicou a continuidade das práticas pedagógicas anteriormente adotadas e enfraqueceu o papel educacional da instituição.

A chegada de Tobias Rabello Leite

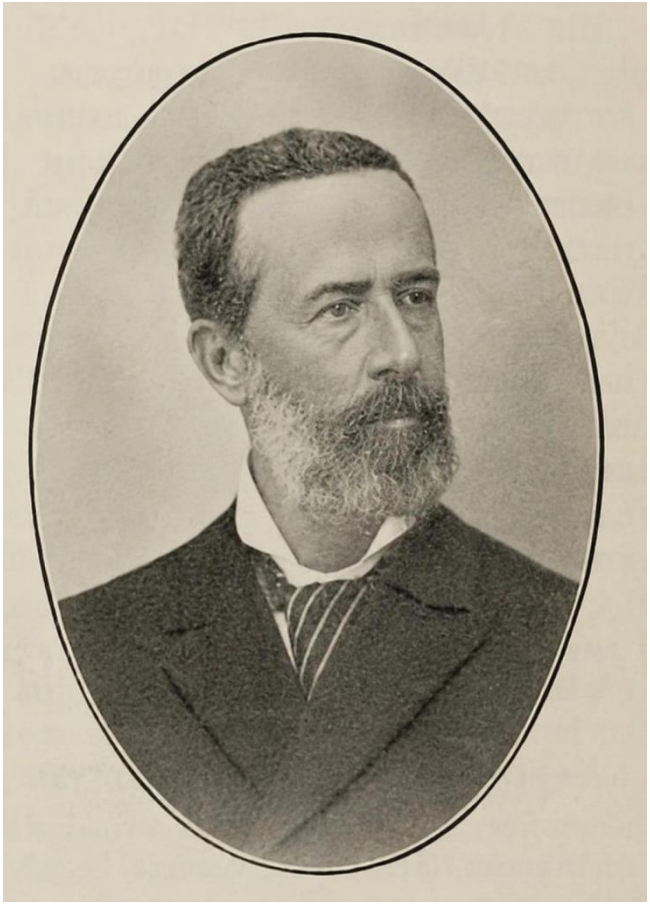
A crise vivenciada pelo INES atingiu seu ponto mais crítico em 1868. Naquele ano, Tobias Rabello Leite, então chefe de seção da Secretaria de Estado, visitou a instituição para avaliar suas condições de funcionamento. O relatório produzido após essa visita revelou uma realidade preocupante. Segundo suas observações, o Instituto já não desempenhava adequadamente sua função educativa. Em vez de oferecer ensino especializado aos alunos surdos, estava funcionando praticamente como um asilo[98].

A constatação provocou mudanças administrativas imediatas. O diretor responsável foi afastado de suas funções e Tobias Rabello Leite assumiu a direção interina da instituição. A chegada desse novo gestor representou um momento decisivo para a história da educação de surdos no Brasil.

Diferentemente de seus antecessores imediatos, Tobias possuía uma compreensão mais ampla acerca das necessidades educacionais da população surda e demonstrava sensibilidade em relação aos desafios enfrentados por essa

[98] CARDOSO, Luana da Luz; HEROLD JÚNIOR, Carlos. Op. cit., pág. 144.

comunidade. Sua principal preocupação consistia em restabelecer a verdadeira missão do instituto: oferecer educação de qualidade aos alunos surdos e prepará-los para uma vida produtiva em sociedade[99].



Tobias Rabello Leite [1827-1896]

[99] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 78.

Uma vez à frente da instituição, Tobias Rabello Leite iniciou um amplo processo de reorganização administrativa e pedagógica. Entre suas primeiras medidas esteve a renovação do quadro de funcionários e a reformulação das propostas educacionais desenvolvidas pelo instituto. Seu objetivo era recuperar a credibilidade da instituição e devolver-lhe a condição de referência nacional na educação de surdos[100].

Além da educação formal, Tobias defendia a importância da formação profissional. Em sua visão, a educação deveria possibilitar a inserção social e econômica dos surdos, oferecendo-lhes condições concretas para o exercício da cidadania. Por essa razão, passou a incentivar o ensino profissionalizante e agrícola, ampliando as oportunidades de formação oferecidas aos estudantes[101].

Outra importante iniciativa de sua gestão foi a tradução de livros franceses utilizados no Instituto de Surdos de Paris. Entre essas obras destacavam-se os trabalhos de Jean Jacques Vallade-Gabel, considerados fundamentais para a educação de surdos na época. A introdução desse material permitiu atualizar as práticas pedagógicas do instituto e aproximar a educação brasileira das experiências mais avançadas então desenvolvidas na Europa.

---

[100] SILVA, José Matheus Pinheiro da Fonseca da; GONZALES, Kátia Guerchi. Percurso histórico da educação de surdos no Brasil. 5º ENAPHEM - Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática, Natal, 07, 14, 21 e 28 de novembro de 2020. **Anais**..., pág. 2

[101] SOFIATO, Cássia Geciauskas; REILY, Lucia Helena. Companheiros de infortúnio: a educação de "surdos-mudos" e o repetidor Flausino da Gama. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set.-dez., 2011, pág. 626.

Uma visão humanista da educação de surdos

As ações implementadas por Tobias Rabello Leite no antigo INES evidenciam uma concepção profundamente humanista da educação. Ele compreendia que a surdez não deveria condenar ninguém ao isolamento social. Pelo contrário, acreditava que a educação poderia transformar a vida dos surdos, permitindo sua plena participação na sociedade.

Em seus relatórios e documentos oficiais, Tobias demonstrava preocupação com o abandono e a exclusão vivenciados pelos surdos brasileiros. Sua meta consistia em retirar essas pessoas do isolamento e oferecer-lhes oportunidades de desenvolvimento intelectual, profissional e social. Essa perspectiva representava um avanço significativo para a época. Em um contexto histórico marcado por preconceitos e limitações, Tobias defendia que os surdos poderiam tornar-se cidadãos produtivos e plenamente capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Seu pensamento refletia uma compreensão moderna da educação, baseada no respeito à dignidade humana e no reconhecimento das potencialidades individuais[102].

Outro aspecto importante da gestão de Tobias Rabello Leite foi sua postura em relação aos métodos de comunicação utilizados pelos alunos surdos. Ao assumir a direção da instituição, encontrou um ambiente fortemente influenciado pelo oralismo. Os estudantes eram incentivados a utilizar

[102] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 79.

predominantemente a fala e frequentemente enfrentavam restrições quanto ao uso dos sinais.

Entretanto, Tobias percebeu que a rigidez dessa metodologia limitava significativamente as possibilidades de aprendizagem. Reconhecendo essa realidade, passou a permitir diferentes formas de comunicação dentro do instituto. Gestos, sinais, fala, leitura labial e linguagem escrita passaram a coexistir no processo educativo.

Essa postura ampliou as possibilidades de interação entre alunos e professores, favorecendo o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Mais do que uma simples mudança metodológica, essa decisão representou o reconhecimento da importância da língua de sinais para a construção do conhecimento e para a comunicação efetiva das pessoas surdas.

A expansão da Libras pelo território nacional

Durante a gestão de Tobias Rabello Leite, o INES consolidou-se como principal centro irradiador da língua de sinais no Brasil. Os estudantes que concluíam seus cursos retornavam às suas cidades de origem levando consigo os conhecimentos adquiridos na instituição. Dessa forma, a comunicação gestual desenvolvida no instituto passou a ser difundida em diferentes regiões do país.

Esse processo foi fundamental para a expansão da futura Língua Brasileira de Sinais. Os ex-alunos tornaram-se verdadeiros multiplicadores linguísticos e culturais,

contribuindo para a formação de comunidades surdas em diversas localidades brasileiras[103].

Ao mesmo tempo, as publicações produzidas pelo próprio instituto também desempenharam papel relevante nesse processo de disseminação. Por meio dessas iniciativas, a língua de sinais deixou de ser utilizada apenas dentro dos muros da instituição e passou a alcançar um número cada vez maior de pessoas surdas em todo o território nacional. Assim, durante a segunda metade do século XIX, consolidaram-se as bases linguísticas, educacionais e culturais que permitiriam o fortalecimento futuro da comunidade surda brasileira e da própria Libras.

Flausino José da Gama e a valorização da Língua de Sinais

Os avanços promovidos no Instituto Nacional de Educação de Surdos durante a gestão de Tobias Rabello Leite produziram resultados concretos que ultrapassaram os limites da própria instituição. Entre esses resultados, destaca-se a formação de alunos que posteriormente se transformaram em importantes colaboradores do movimento educacional voltado para a comunidade surda brasileira. Entre esses personagens históricos merece especial destaque Flausino José da Gama, ex-aluno do Instituto Nacional de Educação de Surdos e autor da primeira grande obra dedicada ao registro sistemático da língua de sinais utilizada no Brasil.

[103] ROCHA, Solange Maria da. Op. cit., pág. 42.

Em 1875, Flausino publicou a obra intitulada *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, considerada o primeiro dicionário de língua de sinais produzido em território brasileiro. O lançamento desse trabalho representou um acontecimento de enorme relevância para a história da educação dos surdos e para a consolidação da futura Língua Brasileira de Sinais. O objetivo declarado por seu autor era divulgar a linguagem dos sinais, entendida como o principal instrumento utilizado pelos surdos para expressar pensamentos, sentimentos e experiências. Ao registrar os sinais empregados pelos surdos brasileiros, Flausino ofereceu uma contribuição inestimável para a preservação da memória linguística da comunidade surda[104].

A importância dessa obra não se restringe ao seu valor histórico. Atualmente, ela constitui um dos principais documentos para o estudo da evolução da Libras, permitindo compreender como os sinais eram utilizados na segunda metade do século XIX. Além disso, diversos estudiosos destacam que muitos dos sinais documentados por Flausino continuam presentes no vocabulário utilizado pelos surdos brasileiros contemporâneos. Isso demonstra a profundidade e a permanência de sua contribuição para a cultura surda nacional[105].

---

[104] ROCHA, Solange Maria da. A criação de uma escola para surdos no Brasil do século XIX. In: **O INES e a educação de Surdos no Brasil**. Rio de Janeiro. 2008, pág. 50.

[105] STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (org.). **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na educação bilíngue de surdos**: da educação infantil ao ensino superior. Vol. 1. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2021, pág. 44.

O legado cultural da *'Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos'*

A publicação de Flausino José da Gama inspirou-se em experiências semelhantes desenvolvidas no Instituto de Surdos de Paris. Ao tomar conhecimento de uma obra produzida pelo professor surdo Pellisier, Flausino percebeu a importância de registrar graficamente os sinais utilizados pela comunidade surda brasileira[106].

Com o apoio do diretor Tobias Rabello Leite, o projeto foi concretizado e transformou-se em uma importante ferramenta de divulgação da língua de sinais. O trabalho possuía uma dupla finalidade. Em primeiro lugar, buscava tornar a linguagem dos sinais conhecida por um público mais amplo, permitindo que ouvintes pudessem compreender melhor a forma de comunicação utilizada pelos surdos.

Em segundo lugar, pretendia demonstrar as capacidades intelectuais das pessoas surdas quando lhes eram oferecidas oportunidades adequadas de educação. Nesse sentido, a obra de Flausino tornou-se também um instrumento de combate aos preconceitos existentes na época. Ao evidenciar a riqueza da língua de sinais e a capacidade de produção intelectual dos surdos, contribuía para modificar a visão negativa frequentemente associada à surdez.

---

[106] ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos**: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC, 2009, pág. 43.

Pode-se afirmar que a *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos* representou um marco na valorização da cultura surda brasileira, fortalecendo o reconhecimento social da língua de sinais e ampliando a visibilidade da comunidade surda.

O impacto do Congresso de Milão na educação de surdos

Realizado em 1880, o Congresso de Milão - conforme já citado neste livro - consagrou oficialmente o Oralismo como metodologia educacional predominante, defendendo a substituição da língua de sinais pela comunicação oral. A partir desse momento, iniciou-se uma ampla campanha internacional contra o uso das línguas de sinais nas escolas de surdos. Muitos educadores passaram a considerar que o ensino da fala deveria constituir o principal objetivo da educação especializada. Essa orientação repercutiu em diversos países, inclusive no Brasil, onde surgiram pressões para que o Oralismo fosse adotado como modelo exclusivo de ensino[107].

Mesmo diante das pressões internacionais favoráveis ao Oralismo, Tobias Rabello Leite manteve uma posição equilibrada e crítica. Em 1889, sob sua direção, o governo brasileiro determinou que o ensino da linguagem articulada

[107] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 85.

fosse destinado apenas aos alunos que apresentassem condições para desenvolvê-lo adequadamente[108].

Essa decisão refletia a percepção de que a metodologia oralista não produzia os mesmos resultados para todos os estudantes surdos. Tobias chegou à conclusão de que o ensino da articulação da fala apresentava utilidade limitada para muitos alunos e defendia que a língua escrita deveria receber maior atenção no processo educativo.

Tal posicionamento gerou conflitos com defensores mais radicais do Oralismo, que desejavam eliminar completamente o uso dos sinais nas instituições educacionais. A postura adotada por Tobias demonstra que, mesmo em um contexto de forte influência oralista, havia educadores brasileiros que reconheciam a importância das diferentes formas de comunicação utilizadas pelos surdos.

O relatório de Moura e Silva

As discussões sobre o Oralismo continuaram ao longo da última década do século XIX. Em 1896, o professor A. J. de Moura e Silva, integrante do corpo docente do Instituto Nacional de Educação de Surdos, foi enviado pelo governo brasileiro à França para avaliar os resultados da metodologia oralista aplicada naquele país. Sua missão consistia em

[108] SILVA, Claudionir Borges da. **Cenário armado, objetos situados**: O ensino de geografia na educação de surdos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, pág. 48-49.

observar diretamente as experiências desenvolvidas nas instituições francesas e apresentar um parecer técnico sobre sua viabilidade para a realidade brasileira.

Após concluir seus estudos, Moura e Silva retornou ao Brasil e apresentou um relatório detalhado às autoridades governamentais. Suas conclusões foram claras: o Método Oral Puro não era adequado para todos os surdos. Essa avaliação teve grande importância porque contribuiu para impedir a adoção imediata e irrestrita do Oralismo no Brasil naquele momento histórico[109].

Segundo diversos estudiosos, sua posição fortaleceu o papel do Instituto Nacional de Educação de Surdos como espaço de preservação da língua de sinais e de desenvolvimento da comunidade surda.

A implantação do Oralismo no início do século XX e suas consequências

Apesar dos alertas feitos por Moura e Silva e de toda a experiência acumulada pelo INES, a concepção oralista acabou sendo oficialmente adotada no Brasil no início do século XX. Sob a influência das tendências educacionais internacionais e do contexto político da República Velha, o Oralismo foi introduzido como metodologia oficial de ensino para surdos.

[109] SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos Di; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. História das pessoas surdas: Da exclusão à política educacional brasileira atual. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Caderno de formação**: formação de professores (didática dos conteúdos). São Paulo: UNIVESP, 2012, pág. 52.

Em 1911, essa orientação passou a ser adotada formalmente nas instituições brasileiras. A justificativa utilizada pelas autoridades era a necessidade de acompanhar as tendências pedagógicas consideradas modernas no cenário internacional[110].

Instituto Nacional dos Surdos - Década de 1930

[110] OLIVEIRA, Laralis Nunes de Sousa; SILVA, Gisele Oliveira da. **Libras**. Natal: IFRN, 2014, pág. 14.

Entretanto, essa decisão ignorava a realidade da comunidade surda brasileira e desconsiderava os resultados positivos anteriormente obtidos com métodos que valorizavam a comunicação gestual. As consequências dessa mudança foram profundas e duradouras. A implantação do Oralismo trouxe consigo uma série de restrições à utilização da língua de sinais. O método combinado, que conciliava sinais, leitura labial e linguagem oral, foi gradativamente abandonado. Em seu lugar passou a predominar o Oralismo Puro, baseado exclusivamente na aprendizagem da fala.

Os professores que utilizavam sinais foram substituídos por profissionais alinhados à nova orientação metodológica. Ao mesmo tempo, os alunos passaram a ser desencorajados e até mesmo proibidos de utilizar a língua de sinais dentro das instituições educacionais.

Relatos históricos indicam que, em muitos casos, práticas extremamente rígidas eram empregadas para impedir a comunicação gestual. Algumas crianças tinham suas mãos amarradas como forma de impedir a sinalização. Essas medidas revelam o nível de repressão sofrido pela comunidade surda durante esse período[111].

Apesar disso, a língua de sinais continuou sendo utilizada pelos surdos em diferentes espaços sociais, especialmente fora das salas de aula. Mesmo enfrentando restrições institucionais, a comunidade surda preservou sua língua e manteve vivas suas formas próprias de comunicação.

---

111 SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos Di; SANTOS, Danielle Aparecida do. Op. cit., pág. 52.

A resistência da comunidade surda

A experiência histórica demonstra que a língua de sinais jamais deixou de existir entre os surdos brasileiros. Embora proibida ou desencorajada em diversos momentos, ela continuou sendo transmitida entre amigos, familiares e membros da comunidade surda. Essa resistência silenciosa revelou a força cultural da língua de sinais e sua importância para a identidade dos surdos.

A preferência pela comunicação gestual permaneceu viva porque ela correspondia à forma natural de expressão da comunidade surda. Assim, mesmo diante das políticas educacionais restritivas, a Libras continuou a se desenvolver, preservada pelas próprias pessoas surdas. Esse processo de resistência seria fundamental para as transformações que ocorreriam nas décadas seguintes, quando surgiriam novas instituições, novas abordagens educacionais e movimentos organizados em defesa dos direitos linguísticos e culturais da comunidade surda brasileira.

Novas instituições e a expansão da educação de surdos no século XX

Apesar das dificuldades impostas pelo Oralismo e das limitações enfrentadas pela comunidade surda durante as primeiras décadas do século XX, novas instituições surgiram no Brasil com o propósito de ampliar as oportunidades educacionais destinadas às pessoas surdas. Entre essas

instituições destaca-se o Instituto Santa Terezinha, fundado em 1929 na cidade de Campina, interior do Estado de São Paulo. Sua criação resultou da iniciativa das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário, sob a coordenação da Madre Luisa dos Anjos, contando também com a colaboração das religiosas Maria S. João, Magdalena da Cruz e Suzana Maria, todas de origem francesa[112].

O Instituto Santa Terezinha rapidamente conquistou reconhecimento pela qualidade do trabalho desenvolvido junto à comunidade surda. Em seus primeiros anos de funcionamento, atendia exclusivamente alunos do sexo masculino. Posteriormente, em 1933, passou a admitir também meninas surdas, ampliando significativamente seu alcance social. Nesse mesmo ano, a instituição foi transferida para a cidade de São Paulo, onde continuou seu processo de expansão. Durante aproximadamente uma década funcionou em imóveis alugados, até receber, em 1939, uma sede própria doada pelo médico paulista Otoni Rezende Barbosa, importante incentivador da educação de surdos[113].

Ao longo de sua trajetória, o Instituto Santa Terezinha acompanhou as diferentes tendências pedagógicas que marcaram a educação de surdos no Brasil. Inicialmente adotou práticas alinhadas ao Oralismo, posteriormente incorporou os princípios da Comunicação Total e, mais tarde, passou a desenvolver propostas inspiradas no Bilinguismo. Essa

---

112 FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. Op. cit., pág. 7.

113 MOREIRA, Gabriela Maffei; PALAZZO, Tatiana. **Tópicos em Libras**: surdez e inclusão. Rio de Janeiro: SESES, 2017, pág. 19.

capacidade de adaptação permitiu que a instituição permanecesse relevante ao longo de diferentes períodos históricos, acompanhando as transformações ocorridas na compreensão da surdez e nos métodos educacionais utilizados.

O Instituto Educacional de São Paulo e a formação de profissionais

Outra instituição de grande importância para a história da educação de surdos foi o Instituto Educacional de São Paulo (IESP), criado em 1954. Desde sua fundação, o instituto destacou-se pelo compromisso com a formação educacional especializada e pelo desenvolvimento de estudos voltados para a área da surdez[114].

Em 1969, a referida instituição foi incorporada à Fundação São Paulo, vinculando-se à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Essa mudança ampliou suas possibilidades de atuação acadêmica e fortaleceu seu papel na produção de conhecimentos científicos relacionados à educação de surdos. A partir dessa vinculação, passou a denominar-se Centro de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (CERDIC). Posteriormente, em 1972, transformou-se na Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC)[115].

Sob a supervisão da PUC-SP, a instituição assumiu importante papel na formação de profissionais especializados

[114] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 90.
[115] MOREIRA, Gabriela Maffei; PALAZZO, Tatiana. Op. cit., pág. 19.

e no desenvolvimento de pesquisas sobre surdez, linguagem e inclusão. Atualmente, a DERDIC é reconhecida nacionalmente como um dos mais importantes centros de estudos e pesquisas relacionados à surdez no Brasil.

A influência da visão medicalizada da surdez

Durante grande parte do século XX, a educação de surdos no Brasil permaneceu fortemente influenciada por uma concepção medicalizada da surdez. Segundo essa perspectiva, a surdez era compreendida prioritariamente como uma deficiência a ser tratada ou corrigida.

Em consequência, muitas instituições educacionais passaram a funcionar simultaneamente como centros de reabilitação. Nessa lógica, os surdos eram frequentemente submetidos a terapias e procedimentos voltados para o desenvolvimento da fala e da audição residual, em detrimento do reconhecimento de sua identidade linguística e cultural. Por muitos anos, acreditou-se que a integração social dos surdos dependia exclusivamente da aproximação máxima possível dos padrões comunicativos da população ouvinte[116].

Essa visão influenciou não apenas o Oralismo, mas também diversas práticas educacionais e clínicas adotadas ao longo do século XX. Entretanto, essa abordagem gerou crescente insatisfação entre os próprios surdos, que passaram a reivindicar reconhecimento para sua língua, sua cultura e suas formas próprias de comunicação.

[116] MENEZES, Ronny Diógenes. Op. cit., pág. 130.

O fortalecimento da comunidade surda brasileira

A reação da comunidade surda diante das limitações impostas pelas abordagens medicalizantes foi fundamental para o fortalecimento dos movimentos de defesa dos direitos linguísticos e culturais dos surdos. Ao longo do século XX, os surdos brasileiros passaram a organizar-se de maneira cada vez mais estruturada.Em 1930 foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira associação de surdos do Brasil. Essa iniciativa representou um importante passo na construção de espaços de convivência, articulação política e valorização da identidade surda. Nos anos seguintes, novas associações surgiram em diferentes regiões do país, fortalecendo os vínculos entre os membros da comunidade surda e ampliando sua capacidade de mobilização.

O movimento associativo também encontrou expressão no campo esportivo. Em 1959 foi criada a Federação Desportiva de Surdos do Rio de Janeiro, ampliando os espaços de participação social e de visibilidade pública dos surdos. Essas iniciativas contribuíram para a construção de uma consciência coletiva baseada na valorização da língua de sinais e na defesa dos direitos da comunidade surda[117].

A Comunicação Total

Na década de 1970 surgiu no Brasil uma nova tendência educacional conhecida como Comunicação Total.

[117] MENEZES, Ronny Diógenes. Op. cit., pág. 130.

Essa proposta foi introduzida por Ivete Vasconcelos, que difundiu documentos produzidos pelo Gallaudet College e pelo Centro Internacional da Surdez, sediado em Washington[118].

A Comunicação Total procurava superar algumas limitações do Oralismo, permitindo a utilização simultânea de diferentes formas de comunicação. Seu princípio fundamental consistia em utilizar todos os recursos disponíveis para favorecer a aprendizagem dos alunos surdos, incluindo fala, leitura labial, escrita, gestos, expressões faciais e sinais. Embora representasse um avanço em relação ao Oralismo puro, essa abordagem ainda não reconhecia plenamente a língua de sinais como língua natural da comunidade surda. Mesmo assim, sua introdução abriu caminho para mudanças mais profundas que ocorreriam posteriormente.

O surgimento do Bilinguismo

Paralelamente à expansão da Comunicação Total, começaram a surgir experiências educacionais fundamentadas no Bilinguismo. A Suécia foi o primeiro país a adotar oficialmente essa abordagem, ainda no início da década de 1970. No Brasil, o Bilinguismo começou a ganhar espaço durante a década de 1980, impulsionado pelas pesquisas desenvolvidas por Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua

[118] SILVA, Claudionir Borges da. Op. cit., pág. 43.

Brasileira de Sinais e por Eulália Fernandes acerca da educação de surdos[119].

A proposta bilíngue parte do reconhecimento de que a pessoa surda vive em um contexto bilíngue e multicultural. Nesse modelo, a Libras é reconhecida como primeira língua do surdo, enquanto a Língua Portuguesa, principalmente em sua modalidade escrita, é aprendida como segunda língua.

O Bilinguismo representa uma mudança profunda de paradigma porque deixa de compreender o surdo como alguém que precisa ser corrigido e passa a reconhecê-lo como integrante de uma comunidade linguística específica. Essa concepção valoriza simultaneamente a cultura surda e a participação dos surdos na sociedade mais ampla, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa.

FENEIDA, FENEIS e a mobilização política dos surdos

O fortalecimento da comunidade surda também se manifestou por meio da criação de entidades representativas. Em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA), organizada inicialmente por profissionais ouvintes ligados à área da surdez[120].

Embora tenha desempenhado papel importante em determinados momentos, a entidade enfrentou dificuldades por não representar plenamente os interesses da comunidade

[119] MENEZES, Ronny Diógenes. Op. cit., pág. 14.
[120] RAMOS, Célia Regina. **Histórico da FENEIS até o ano de 1988**. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2004, pág. 2.

surda. Com o passar dos anos, cresceu a participação dos próprios surdos nas discussões sobre seus direitos e necessidades. Esse processo culminou na criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), fundada em 1987[121].

A FENEIS tornou-se um marco na história do movimento surdo brasileiro por possibilitar maior protagonismo da própria comunidade surda na formulação de reivindicações e estratégias de mobilização. A partir de então, intensificaram-se as lutas pelo reconhecimento oficial da Libras e pela adoção de políticas públicas voltadas à inclusão educacional e social dos surdos[122].

O reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais

As mobilizações conduzidas pela comunidade surda, associadas ao apoio crescente da comunidade científica, produziram importantes resultados no campo legislativo. Após anos de reivindicações, foi aprovada a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Essa conquista representou um dos momentos mais importantes da história da educação de surdos no Brasil. Pela primeira vez, a Libras recebeu reconhecimento jurídico nacional, deixando de ser vista apenas como um recurso

[121] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 96.
[122] MOURA, Maria Cecilia de; HARRISON, Kathryn M. Pacheco. Op. Cit., págs. 334-335.

auxiliar de comunicação para ser reconhecida como língua dotada de estrutura gramatical própria[123].

A referida lei definiu a Libras como um sistema linguístico de natureza visual-motora, capaz de transmitir ideias, conceitos, informações e experiências produzidas pelas comunidades surdas brasileiras. O reconhecimento legal da Libras simbolizou uma vitória histórica da comunidade surda e representou o resultado de mais de um século de lutas pelo respeito à sua identidade linguística e cultural[124].

A consolidação dessas conquistas ocorreu em 22 de dezembro de 2005, quando foi publicado o Decreto nº 5.626, regulamentando a Lei nº 10.436/2002. O decreto ampliou significativamente as garantias relacionadas ao uso, ensino e difusão da Libras em todo o território nacional.

Entre suas determinações mais importantes destaca-se a obrigatoriedade da disciplina Libras nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia.

Além disso, o documento estabeleceu diretrizes para:

a. A formação de professores de Libras;

b. A formação de instrutores de Libras;

c. A formação de tradutores e intérpretes;

d. A ampliação do acesso das pessoas surdas à educação;

e. A garantia de direitos na área da saúde;

f. A promoção da acessibilidade nos serviços públicos.

---

123 DUARTE, Soraya Bianca Reis. Op. cit., pág. 1728.

124 SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 98.

Essas medidas contribuíram para ampliar a presença da Libras nas instituições de ensino superior e fortalecer as políticas de inclusão voltadas à comunidade surda. Na realidade, a história da educação de surdos no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas, resistências, conquistas e transformações profundas.

Desde a chegada de Eduard Huet ao Brasil, em meados do século XIX, até o reconhecimento oficial da Libras e a consolidação das políticas bilíngues, a comunidade surda percorreu um longo caminho em busca de reconhecimento e cidadania. Os avanços conquistados nas últimas décadas demonstram a importância da valorização da Libras, da cultura surda e do respeito às especificidades linguísticas dessa comunidade.

Atualmente, o Brasil dispõe de um conjunto significativo de instrumentos legais, instituições especializadas e pesquisas acadêmicas voltadas para a promoção da educação de surdos. Tais conquistas refletem o esforço coletivo de educadores, pesquisadores, lideranças surdas e movimentos sociais que, ao longo de gerações, contribuíram para transformar a realidade educacional dos surdos brasileiros. Nesse contexto, a Libras consolidou-se não apenas como uma língua reconhecida juridicamente, mas como elemento fundamental da identidade, da cultura e da cidadania da comunidade surda brasileira, constituindo um dos maiores patrimônios linguísticos e culturais do país.

A Língua Brasileira de Sinais: promoção da cidadania e inclusão social

A promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, representou um dos maiores avanços na garantia dos direitos da comunidade surda brasileira ao reconhecer oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Essa conquista - conforme destacado anteriormente - foi resultado de um longo processo de mobilização protagonizado por pessoas surdas, familiares, educadores, pesquisadores e movimentos sociais, que reivindicavam o reconhecimento da língua de sinais e da identidade cultural surda.

Historicamente, as pessoas surdas foram submetidas à exclusão social e educacional, sendo frequentemente consideradas incapazes de participar plenamente da vida em sociedade. Entretanto, a partir do final da década de 1970, estudos linguísticos demonstraram que as línguas de sinais constituem sistemas linguísticos completos, dotados de estrutura

gramatical própria, contribuindo para a valorização da cultura surda e para a reformulação das políticas educacionais destinadas a esse público.

No Brasil, o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 constituíram marcos fundamentais para a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência. Ao instituir o Estado Democrático de Direito, fundamentado na dignidade da pessoa humana, a Constituição Federal assegurou a educação como direito de todos e estabeleceu o atendimento educacional especializado, que deve ser promovido preferencialmente na rede regular de ensino, rompendo com a lógica segregacionista que caracterizava a educação especial até então.

Esses princípios foram reafirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que fortaleceu o compromisso do Estado brasileiro com a inclusão escolar e com a oferta de condições adequadas para o desenvolvimento de todos os alunos[125].

No caso da comunidade surda, esse novo paradigma impulsionou a construção das bases legais e pedagógicas que culminaram no reconhecimento oficial da Libras e na ampliação das políticas de educação bilíngue. Assim, a Constituição de 1988 consolidou o

[125] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 104.

ambiente jurídico indispensável para a efetivação dos direitos linguísticos, educacionais e sociais das pessoas surdas no Brasil[126].

O reconhecimento da Libras e seus impactos na inclusão social da pessoa surda

Apesar dos avanços promovidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ainda existiam importantes obstáculos a serem superados para que a inclusão da pessoa surda pudesse ocorrer de forma efetiva. A simples inserção do aluno surdo na escola regular, embora representasse uma conquista significativa, não era suficiente para garantir sua plena participação no processo educativo. Faltava o reconhecimento formal de sua principal forma de comunicação, elemento indispensável para assegurar não apenas o acesso à educação, mas também o desenvolvimento de sua identidade cultural e de sua cidadania.

Foi nesse contexto que ocorreu a aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, um marco histórico para a comunidade surda brasileira. Essa legislação reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, conferindo-lhe legitimidade jurídica e social. Com isso, o Estado brasileiro passou a reconhecer formalmente aquilo que a comunidade surda já utilizava há

[126] SILVA, José Matheus Pinheiro da Fonseca da; GONZALES, Kátia Guerchi. Op. cit., pág. 2.

gerações como principal instrumento de comunicação, interação social e construção de conhecimento[127].

A importância dessa lei ultrapassa o simples reconhecimento linguístico. Na prática, ela assegurou aos surdos o direito de utilizarem a Libras como sua primeira língua, estabelecendo a língua portuguesa como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível, oral. Esse reconhecimento contribuiu para modificar profundamente a forma como a educação dos surdos passou a ser concebida no Brasil.

Antes da promulgação da Lei nº 10.436/2002, as pessoas surdas não possuíam garantias legais relacionadas à sua língua, à sua cultura e à sua identidade. Durante muitos anos predominou uma concepção educacional baseada na oralização, segundo a qual o surdo deveria aprender a comunicar-se prioritariamente por meio da fala. Essa perspectiva considerava a língua de sinais como um obstáculo ao desenvolvimento social e cognitivo da pessoa surda, razão pela qual seu uso era frequentemente desencorajado ou mesmo proibido em diversos ambientes educacionais[128].

Durante décadas, acreditou-se que a integração dos surdos à sociedade dependeria exclusivamente de sua capacidade de reproduzir a língua oral. Em consequência disso, milhares de estudantes surdos foram submetidos a metodologias que desconsideravam suas particularidades

---

[127] BARBOSA, Leonarlley Rodrigo Silva. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Polyphonía**, v. 22, n. 1, jan.-jun., 2011, pág. 179.
[128] Idem, ibidem.

linguísticas e culturais. O resultado desse processo foi a formação de gerações de pessoas que concluíam sua escolarização sem o domínio adequado da língua portuguesa e, muitas vezes, sem acesso pleno a qualquer sistema linguístico capaz de favorecer o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas.

Atualmente, reconhece-se que muitos desses estudantes saíam das escolas sem condições adequadas para ingressar no mercado de trabalho e sem os conhecimentos necessários para exercer plenamente seus direitos de cidadania. Frequentemente, apresentavam limitações na formação de conceitos, dificuldades de comunicação e reduzidas oportunidades de participação social. Não porque fossem incapazes de aprender, mas porque lhes havia sido negado o acesso à língua que melhor correspondia à sua forma natural de comunicação[129].

Nesse sentido, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais representou uma ruptura com práticas históricas de exclusão. A partir da nova legislação, tornou-se possível compreender a surdez sob uma perspectiva diferente, valorizando não apenas as limitações decorrentes da ausência da audição, mas também as potencialidades construídas por meio da experiência visual e gestual que caracteriza a comunidade surda.

A aprovação da Lei nº 10.436/2002 trouxe avanços significativos para a educação especial e para toda a comunidade escolar. Ao reconhecer a Libras como língua

[129] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., págs. 106-107.

oriunda das comunidades surdas, a legislação contribuiu para o fortalecimento da identidade surda, para a valorização de sua cultura e para a ampliação do reconhecimento social de seus direitos[130].

Entre as diversas mudanças promovidas pela nova legislação, destaca-se também o fortalecimento da atuação dos intérpretes de Libras. Esses profissionais passaram a ocupar papel fundamental nos processos de inclusão educacional e social, atuando como mediadores da comunicação entre surdos e ouvintes em diferentes espaços da sociedade. A regulamentação e valorização desse trabalho contribuíram significativamente para ampliar as possibilidades de participação da pessoa surda em ambientes educacionais, profissionais e institucionais.

A Lei nº 10.436/2002 também possibilitou uma nova compreensão acerca da chamada identidade surda. Antes de seu reconhecimento, era comum que a surdez fosse analisada exclusivamente sob uma perspectiva médica ou clínica, enfatizando apenas a deficiência auditiva. Com o fortalecimento da Libras, passou-se a reconhecer que os surdos constituem uma comunidade linguística e cultural específica, possuidora de valores, experiências e formas próprias de interação social[131].

Esse novo olhar favoreceu o desenvolvimento de debates sobre cultura surda, direitos linguísticos e inclusão social. A pessoa surda passou a ser reconhecida não apenas

[130] BARBOSA, Leonarlley Rodrigo Silva. Op. cit., pág. 180.
[131] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 107.

como alguém que possui uma limitação auditiva, mas também como integrante de uma comunidade culturalmente diferenciada, cuja principal característica é o uso de uma língua visual-gestual.

A importância desse reconhecimento torna-se ainda mais evidente quando se observa o crescimento da Libras nas últimas décadas. Atualmente, sua presença pode ser percebida em diversos setores da sociedade. Cursos básicos são oferecidos em diferentes cidades brasileiras; empresas promovem capacitações para seus funcionários; instituições públicas buscam ampliar a acessibilidade comunicacional; e cresce continuamente o interesse de ouvintes em aprender a língua de sinais[132].

Esse movimento contribui significativamente para a promoção da inclusão social. Quanto maior o número de pessoas capazes de utilizar a Libras, maiores são as possibilidades de comunicação entre surdos e ouvintes. Consequentemente, reduzem-se barreiras históricas que dificultavam o acesso da pessoa surda à educação, ao trabalho, aos serviços públicos e à convivência social.

Outro importante avanço ocorreu no ensino superior. Poucos anos após a promulgação da Lei nº 10.436/2002, foi criado o primeiro curso de Letras/Libras no Brasil, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina. A iniciativa representou um marco para a formação de profissionais

[132] FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. Op. cit., pág. 2.

especializados e para a consolidação das pesquisas voltadas à educação de surdos[133].

Com o passar dos anos, outras instituições de ensino superior passaram a oferecer cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento relacionados à Libras. Esse crescimento acadêmico contribuiu para ampliar a produção científica na área, fortalecer a formação de professores e promover uma maior difusão da língua em diferentes contextos sociais.

A disseminação da Libras nas instituições educacionais, nos espaços públicos e nas organizações privadas demonstra que a sociedade brasileira vem avançando gradualmente no reconhecimento da diversidade linguística e cultural representada pela comunidade surda. Embora ainda existam desafios importantes a serem enfrentados, é inegável que a aprovação da Lei nº 10.436/2002 inaugurou uma nova etapa na luta pela inclusão social das pessoas surdas.

Assim, o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais constituiu um passo fundamental para a promoção da cidadania. Ao assegurar o direito à comunicação, à identidade cultural e ao acesso mais igualitário aos diversos espaços sociais, a Libras consolidou-se como um dos principais instrumentos de inclusão da pessoa surda na sociedade contemporânea[134].

---

[133] SANTOS, José Ozildo dos [et al.]. Op. cit., pág. 109.

[134] DAWES, Tathianna P.; LEITÃO, Gabriela B. Neumann; LOPES, Cássia Larissa. Educação interdisciplinar: Libras, surdez e inclusão social. **Revista Aleph**, n. 36, p. 223-245, jul., 2021, pág. 229.

Educação bilíngue, inclusão escolar e o papel da Libras na formação cidadã da pessoa surda

O reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais representou um importante avanço para a comunidade surda brasileira. Entretanto, a simples existência de um instrumento legal reconhecendo a Libras não foi suficiente para eliminar todas as barreiras enfrentadas pelas pessoas surdas no contexto educacional. Tornou-se necessário ampliar as discussões sobre a forma mais adequada de promover o ensino, garantindo não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a aprendizagem significativa e o pleno desenvolvimento dos estudantes surdos.

Nesse contexto, a educação bilíngue passou a ocupar posição de destaque nos debates relacionados à educação de surdos. Essa proposta fundamenta-se no entendimento de que a Libras deve ser utilizada como primeira língua da pessoa surda, enquanto a língua portuguesa deve ser ensinada como segunda língua, especialmente em sua modalidade escrita. Tal perspectiva busca respeitar as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, reconhecendo que seu processo de aprendizagem ocorre predominantemente por meio de experiências visuais.

Nos últimos anos, as discussões sobre educação bilíngue ganharam força em diferentes espaços acadêmicos e institucionais. Pesquisadores, educadores e representantes da comunidade surda passaram a defender com maior intensidade a necessidade de construção de ambientes

educacionais capazes de atender às particularidades linguísticas desses estudantes. Essa mudança de perspectiva contribuiu para a elaboração de políticas públicas mais adequadas e para o fortalecimento dos direitos educacionais da população surda.

A educação bilíngue encontra respaldo legal no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002. Esse decreto estabeleceu importantes diretrizes relacionadas ao ensino da Libras, à formação de profissionais e à garantia dos direitos linguísticos das pessoas surdas. Além disso, reforçou a necessidade de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento do processo educativo em ambientes inclusivos[135].

Com base nas disposições do referido decreto, a inclusão do aluno surdo na escola regular deve ocorrer de forma planejada e responsável. Não basta apenas matricular o estudante em uma instituição de ensino comum. É necessário que a escola esteja preparada para acolhê-lo, oferecendo recursos, profissionais e estratégias pedagógicas capazes de favorecer sua aprendizagem e sua participação efetiva em todas as atividades escolares.

Nesse sentido, a presença de professores capacitados constitui um dos elementos mais importantes para o sucesso da inclusão escolar. O profissional que atua junto ao aluno surdo precisa compreender as especificidades da educação bilíngue, conhecer a Libras e reconhecer as particularidades

[135] LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/2005. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, jan./mar. 2013, pág. 53.

culturais que caracterizam a comunidade surda. Somente dessa forma será possível construir práticas pedagógicas realmente inclusivas e compatíveis com as necessidades desses estudantes[136].

Além dos professores, a presença de tradutores e intérpretes de Libras também desempenha papel fundamental no ambiente escolar. Esses profissionais atuam como mediadores da comunicação entre surdos e ouvintes, contribuindo para que o estudante tenha acesso aos conteúdos trabalhados em sala de aula e possa participar ativamente das atividades desenvolvidas pela comunidade escolar.

A atuação dos intérpretes, entretanto, não deve ser compreendida como solução única para os desafios da inclusão. Embora sejam profissionais indispensáveis, sua presença não elimina a necessidade de que toda a escola esteja comprometida com a construção de um ambiente acessível. A inclusão efetiva exige o envolvimento de gestores, professores, funcionários, estudantes e familiares, todos atuando de forma integrada para promover uma convivência baseada no respeito às diferenças[137].

Quando se analisa a complexidade desse processo, percebe-se que promover a educação da pessoa surda não é uma tarefa simples. O trabalho do professor vai muito além da transmissão de conteúdos curriculares. Cabe a ele criar condições para que todos os alunos participem das atividades

---

[136] LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, mai.-ago., 2006, pág. 170.
[137] Idem, ibidem.

propostas, sintam-se acolhidos e tenham oportunidades reais de aprendizagem.

A construção de uma sala de aula inclusiva exige sensibilidade, planejamento e compromisso com os princípios da igualdade e da cidadania. O educador precisa reconhecer que cada estudante possui características próprias e que essas diferenças devem ser consideradas no desenvolvimento das práticas pedagógicas. No caso dos alunos surdos, isso significa compreender que a comunicação visual ocupa papel central em seu processo de aprendizagem[138].

Por essa razão, a Libras assume importância estratégica dentro da escola. Ela não deve ser vista apenas como um recurso auxiliar destinado a um grupo específico de estudantes. Ao contrário, trata-se de uma língua que precisa ser valorizada e difundida em toda a comunidade escolar, favorecendo a interação entre surdos e ouvintes.

Diversos estudos destacam que, em muitas escolas, os alunos surdos ainda enfrentam dificuldades para estabelecer relações sociais com seus colegas ouvintes. Frequentemente, a comunicação limita-se ao contato com intérpretes ou com poucas pessoas que possuem algum conhecimento da língua de sinais. Essa realidade contribui para o isolamento social e dificulta a construção de vínculos mais amplos dentro do ambiente escolar[139].

Para superar essa situação, torna-se fundamental ampliar a difusão da Libras entre todos os integrantes da

[138] DAWES, Tathianna P.; LEITÃO, Gabriela B. Neumann; LOPES, Cássia Larissa. Op. cit., pág. 234.
[139] LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Op. cit., pág. 170.

comunidade educativa. Quanto maior for o número de pessoas capazes de utilizar essa língua, mais fácil será a comunicação entre surdos e ouvintes. Consequentemente, haverá maior participação dos estudantes surdos nas atividades escolares, fortalecendo seu sentimento de pertencimento e inclusão.

A escola possui papel decisivo nesse processo. Como espaço privilegiado de formação humana e social, ela deve promover ações que estimulem o conhecimento da Libras e a valorização da cultura surda. Isso pode ocorrer por meio de projetos pedagógicos, atividades culturais, oficinas, eventos temáticos e outras iniciativas que favoreçam o contato dos estudantes ouvintes com a língua de sinais[140].

É importante compreender que a inclusão não beneficia apenas os alunos surdos. Quando a escola cria oportunidades para que todos aprendam a conviver com a diversidade, toda a comunidade escolar se fortalece. Os estudantes ouvintes desenvolvem atitudes de respeito, solidariedade e empatia, ao mesmo tempo em que ampliam suas competências comunicativas e culturais.

O reconhecimento dos direitos das pessoas surdas também contribui para a construção de uma sociedade mais democrática. Durante muito tempo, os surdos foram vistos exclusivamente sob a perspectiva da deficiência. Atualmente, entretanto, cresce o entendimento de que eles devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, capazes de participar

[140] STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida. Op. cit., pág. 58.

plenamente da vida social, cultural, educacional e profissional[141].

Essa mudança de visão está diretamente relacionada ao fortalecimento da Libras e à valorização da cultura surda. Ao reconhecer a legitimidade dessa língua, a sociedade passa também a reconhecer a importância das experiências, dos valores e das formas de comunicação desenvolvidas pela comunidade surda ao longo de sua história.

Outro aspecto relevante refere-se à autonomia da pessoa surda. Estudos recentes demonstram que a utilização da Libras constitui uma das estratégias mais eficazes para garantir respeito, privacidade e independência nas relações sociais. Quando a comunicação ocorre de forma acessível, o indivíduo surdo torna-se menos dependente da mediação de terceiros e pode exercer seus direitos com maior liberdade[142].

Diante dessa realidade, torna-se evidente que a Libras não deve ser encarada apenas como componente curricular de cursos superiores ou de programas de formação profissional. Sua importância social justifica a ampliação de sua presença em diferentes níveis de ensino, possibilitando que crianças e jovens ouvintes tenham contato com essa língua desde os primeiros anos de escolarização.

A introdução da Libras na educação básica pode contribuir significativamente para a construção de uma

---

141 SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, abr. 2000, pág. 109.

142 SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007, pág. 117.

sociedade mais inclusiva. Ao aprender a língua de sinais ainda na infância, os estudantes desenvolvem maior capacidade de comunicação com pessoas surdas e passam a compreender melhor a diversidade presente no ambiente social.

Além disso, o conhecimento da Libras favorece a redução de preconceitos e estereótipos historicamente associados à surdez. Quando existe comunicação, diminuem-se as barreiras sociais e ampliam-se as possibilidades de convivência, cooperação e respeito mútuo[143].

A experiência demonstra que a inclusão verdadeira depende, acima de tudo, da existência de relações humanas baseadas na compreensão e no diálogo. Nesse sentido, a Libras constitui um instrumento fundamental para aproximar surdos e ouvintes, fortalecendo laços sociais e promovendo uma participação mais ampla da pessoa surda em todos os espaços da sociedade[144].

Portanto, a educação bilíngue e a difusão da Língua Brasileira de Sinais representam elementos essenciais para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Mais do que assegurar acesso ao conhecimento, essas iniciativas contribuem para a promoção da cidadania, para o fortalecimento da identidade surda e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária[145].

---

143 DAWES, Tathianna Prado; LEITÃO, Gabriela Bastos Neumann; LOPES, Cássia Larissa Conceição. Op. cit., pág. 226.
144 Idem, pág. 236.
145 LODI, Ana Cláudia Balieiro. Op. cit., pág. 58.

Libras, identidade surda, cultura, cidadania e desafios para uma sociedade verdadeiramente inclusiva

A importância da Língua Brasileira de Sinais ultrapassa os limites da comunicação cotidiana e do ambiente escolar. Embora sua função comunicativa seja essencial para a vida das pessoas surdas, sua contribuição vai muito além da simples transmissão de informações. A Libras constitui um dos principais elementos responsáveis pela construção da identidade surda, pelo fortalecimento da cultura surda e pela promoção da cidadania de milhares de brasileiros que utilizam essa língua como principal instrumento de interação social[146].

Ao longo dos anos, diferentes estudos têm demonstrado que a Libras não pode ser compreendida apenas como um conjunto de sinais destinados a substituir palavras da língua portuguesa. Trata-se de uma língua completa, dotada de estrutura própria e capaz de expressar pensamentos, sentimentos, emoções, conhecimentos e experiências humanas com a mesma eficiência observada nas línguas orais.

Nesse sentido, a Libras permite que a pessoa surda estabeleça relações significativas com o mundo ao seu redor. Por meio dela, torna-se possível construir conhecimentos, compartilhar experiências, desenvolver vínculos afetivos, participar da vida comunitária e exercer plenamente os direitos inerentes à condição de cidadão. A língua de sinais

[146] PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016, pág. 58.

funciona, portanto, como uma ponte que conecta o indivíduo surdo à sociedade e à sua própria comunidade linguística[147].

É importante destacar que a inclusão do aluno surdo na escola regular somente será efetiva quando a Libras estiver verdadeiramente integrada ao cotidiano escolar. A presença do intérprete, embora fundamental, não é suficiente para garantir uma inclusão plena. A escola precisa reconhecer a língua de sinais como elemento integrante de sua dinâmica educativa, promovendo espaços de convivência nos quais surdos e ouvintes possam interagir de forma natural e respeitosa.

Quando a Libras passa a fazer parte do ambiente escolar, ampliam-se significativamente as possibilidades de socialização da pessoa surda. Os estudantes ouvintes tornam-se mais preparados para estabelecer relações de amizade e cooperação com seus colegas surdos, enquanto estes passam a participar de maneira mais ativa das atividades desenvolvidas pela comunidade escolar[148].

A valorização da Libras também contribui para a transformação da forma como a sociedade percebe a surdez. Durante muito tempo, os surdos foram vistos exclusivamente como pessoas deficientes, definidas apenas pela ausência da audição. Essa visão reducionista contribuiu para o fortalecimento de preconceitos e para a exclusão social de milhares de indivíduos.

---

147 QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa e a educação de surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2004, pág. 18.

148 LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Op. cit., pág. 180.

Entretanto, à medida que a cultura surda passou a ser mais conhecida e respeitada, tornou-se possível compreender que a surdez não deve ser analisada apenas sob uma perspectiva clínica ou médica. A comunidade surda possui características culturais próprias, desenvolvidas ao longo de sua história, e a Libras ocupa posição central nesse processo de construção identitária.

A língua de sinais possibilita ao surdo expressar sua forma particular de perceber e interpretar o mundo. Diferentemente dos ouvintes, cuja experiência cotidiana está fortemente associada aos estímulos sonoros, os surdos constroem grande parte de suas experiências por meio da visão. Essa característica influencia diretamente suas formas de comunicação, aprendizagem, interação social e produção cultural[149].

Por essa razão, diversos autores ressaltam que os surdos veem o mundo de maneira diferente em determinados aspectos. Essa diferença, entretanto, não implica inferioridade nem incapacidade. Trata-se apenas de uma forma distinta de perceber a realidade, construída a partir de experiências predominantemente visuais e gestuais.

O reconhecimento dessas particularidades é fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Respeitar as diferenças significa compreender que a diversidade humana é composta por múltiplas formas de existir, comunicar-se e participar da vida

[149] STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018, pág. 49.

social. Nesse contexto, a Libras assume papel estratégico, pois possibilita que a singularidade da experiência surda seja reconhecida e valorizada.

Outro aspecto relevante refere-se à constituição da comunidade surda enquanto grupo linguístico e cultural. Os surdos compartilham uma língua comum, formas específicas de interação social, valores culturais, experiências históricas e práticas comunicativas próprias. Esses elementos contribuem para a formação de uma identidade coletiva, fortalecendo o sentimento de pertencimento entre seus integrantes[150].

A Libras desempenha função essencial nesse processo porque permite a circulação de conhecimentos, tradições e valores culturais dentro da comunidade surda. Por meio dela, experiências são compartilhadas entre gerações, fortalecendo a continuidade histórica e cultural desse grupo social.

Dessa forma, a Libras não deve ser compreendida apenas como instrumento de comunicação. Ela também atua como elemento de preservação cultural, de fortalecimento identitário e de promoção da autoestima das pessoas surdas. Quando o indivíduo surdo reconhece sua língua como legítima e socialmente valorizada, amplia-se sua capacidade de participação e de atuação nos diversos espaços da sociedade[151].

No que diz respeito aos aspectos linguísticos, é importante enfatizar que a Língua Brasileira de Sinais possui todas as características necessárias para ser reconhecida como uma língua natural. Assim como ocorre com as línguas orais, a

150 STROBEL, Karin Lilian. Op. cit., pág. 52.
151 PERLIN, Gladis. Op. cit., pág. 66.

Libras apresenta gramática, sintaxe, semântica, pragmática e regras próprias de organização linguística.

Durante muito tempo, houve quem acreditasse que a língua de sinais consistia apenas em gestos improvisados ou formas simplificadas de comunicação. Atualmente, entretanto, as pesquisas científicas demonstram de maneira inequívoca que a Libras possui elevada complexidade estrutural e capacidade de expressar qualquer conceito, seja ele concreto ou abstrato[152].

O reconhecimento dessa complexidade contribui para combater preconceitos ainda existentes em relação à língua de sinais. Muitas pessoas continuam desconhecendo sua riqueza linguística e cultural, o que favorece interpretações equivocadas sobre seu papel na vida das pessoas surdas. Por essa razão, torna-se indispensável ampliar as ações educativas voltadas para a divulgação de informações corretas sobre a Libras.

Outro aspecto importante refere-se à relação entre Libras e língua portuguesa. Diversos estudos apontam que a utilização da língua de sinais favorece o desenvolvimento da aprendizagem da língua portuguesa escrita pelos estudantes surdos. Quando o indivíduo possui acesso pleno à sua primeira língua, torna-se mais fácil compreender e apropriar-se de uma segunda língua[153].

Nesse contexto, a educação bilíngue revela-se fundamental para o desenvolvimento acadêmico da pessoa

---

[152] QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p

[153] LODI, Ana Cláudia Balieiro. Op. cit., pág. 58.

surda. A Libras oferece a base linguística necessária para a construção do conhecimento, enquanto a língua portuguesa amplia as possibilidades de participação em diferentes contextos sociais. A articulação entre essas duas línguas contribui significativamente para o fortalecimento da autonomia e da cidadania[154].

Garantir igualdade de oportunidades para as pessoas surdas exige o reconhecimento de seus direitos linguísticos. Isso significa assegurar acesso à educação, à informação, aos serviços públicos, ao mercado de trabalho e aos demais espaços sociais por meio de uma comunicação acessível e respeitosa. Sem comunicação adequada, torna-se impossível falar em inclusão plena.

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados. A Libras continua sendo desconhecida por grande parte da população brasileira. Muitas instituições públicas e privadas ainda não oferecem condições adequadas de acessibilidade comunicacional, dificultando a participação das pessoas surdas em diversas atividades da vida cotidiana[155].

Além disso, persistem preconceitos e estereótipos relacionados à surdez e à língua de sinais. Em muitos contextos, a Libras ainda não recebe o reconhecimento social compatível com sua importância linguística, educacional e

---

154 SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; NAVES, Rozana Reigota. Biliguismo dos surdos: Libras e português L2 (escrito) no contexto educacional. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 22, n. 2, 2021, pág. 393.
155 NEVES, Josélia Gomes; RAHME, Mônica Maria Farid. Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 429-446, 2019, pág. 431.

cultural. Tal realidade demonstra que a luta pela inclusão e pelo respeito aos direitos das pessoas surdas permanece atual e necessária.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investir em ações voltadas para a educação em direitos humanos, promovendo a conscientização da sociedade acerca da importância da diversidade linguística e cultural. É preciso ampliar o conhecimento sobre a Libras, incentivar sua aprendizagem e fortalecer políticas públicas que garantam acessibilidade e inclusão em todos os setores da vida social[156].

Somente por meio da valorização das diferenças será possível construir uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva. Nesse processo, a Libras ocupa posição central, pois representa muito mais do que um instrumento de comunicação. Ela simboliza o reconhecimento da dignidade da pessoa surda, o respeito à sua identidade cultural e a garantia de seu direito de participar plenamente da vida em sociedade[157].

Conclui-se, portanto, que a Língua Brasileira de Sinais constitui um poderoso instrumento de inclusão social e de promoção da cidadania. Seu reconhecimento legal, sua utilização nos espaços educacionais e sua crescente difusão na sociedade brasileira representam conquistas fundamentais para a comunidade surda.

---

[156] SILVA, Giselli Mara da. O bilinguismo dos surdos: acesso às línguas, usos e atitudes linguísticas. **Revista Leitura**, v. 58, 2018, pág. 130.

[157] SILVA, Silvana Marques da; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ROSA, Gabriel Artur Marra e. A identidade e a subjetividade cultural surda em vistas à inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 56, 2016, pág. 664.

No entanto, para que essas conquistas produzam resultados cada vez mais efetivos, é necessário continuar promovendo ações que fortaleçam o respeito à diversidade, ampliem o acesso à Libras e assegurem a construção de uma sociedade na qual surdos e ouvintes possam conviver em condições de igualdade, respeito e dignidade.

Concluindo

A presença da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em sala de aula representa uma das mais importantes conquistas da comunidade surda brasileira e constitui um elemento essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e comprometida com o respeito à diversidade humana.

Reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, a Libras deixou de ser vista apenas como um recurso auxiliar de comunicação para assumir o seu lugar como língua natural da comunidade surda, dotada de estrutura gramatical própria e capaz de expressar ideias, conhecimentos, sentimentos, emoções e experiências em toda a sua complexidade.

Nesse contexto, sua presença no ambiente escolar não deve ser compreendida apenas como uma exigência legal ou administrativa, mas como uma condição indispensável para garantir o direito à aprendizagem, à comunicação, à participação plena e ao desenvolvimento integral dos estudantes surdos.

A educação é um direito fundamental de todo cidadão e deve ser oferecida de forma a respeitar as particularidades de cada indivíduo. No caso dos estudantes surdos, isso significa reconhecer que a Libras é a língua por meio da qual eles constroem conhecimentos, estabelecem

relações sociais e desenvolvem sua identidade cultural. Assim, garantir a presença da Libras em sala de aula é assegurar que esses alunos tenham acesso efetivo aos conteúdos curriculares, às interações pedagógicas e às diversas experiências que compõem a vida escolar.

Durante muito tempo, a educação dos surdos foi marcada por práticas que privilegiavam exclusivamente a oralidade, desconsiderando as especificidades linguísticas desses alunos. Em muitos contextos, acreditava-se que a aprendizagem somente seria possível por meio da fala, o que levou à adoção de métodos que restringiam ou até proibiam o uso da língua de sinais.

Tal postura dificultava o acesso ao conhecimento e frequentemente contribuía para situações de exclusão, fracasso escolar, baixa autoestima e isolamento social. Muitos estudantes surdos passavam anos na escola sem compreender plenamente os conteúdos ensinados, simplesmente porque lhes era negado o acesso à língua por meio da qual poderiam aprender de forma mais eficiente.

A valorização da Libras promoveu uma mudança significativa nesse cenário, pois passou a reconhecer que os estudantes surdos aprendem de forma mais efetiva quando têm acesso aos conteúdos por meio de sua primeira língua. Esse reconhecimento representou um importante avanço educacional, ao deslocar o foco da deficiência para as potencialidades dos sujeitos surdos. Em vez de exigir que o estudante se adapte a um modelo educacional pensado exclusivamente para ouvintes, passou-se a defender a

necessidade de adaptar o ambiente escolar para acolher as diferenças linguísticas e culturais existentes.

A presença da Libras em sala de aula favorece a comunicação entre professores, alunos surdos e colegas ouvintes, criando condições mais adequadas para o desenvolvimento do processo educativo. Quando utilizada como língua de instrução, a Libras permite que os estudantes surdos compreendam os conteúdos curriculares de maneira mais clara, profunda e significativa, possibilitando uma aprendizagem mais consistente, crítica e participativa. Os conceitos trabalhados em sala de aula tornam-se mais acessíveis, favorecendo a construção do conhecimento e ampliando as possibilidades de sucesso acadêmico.

Além disso, a utilização da Libras contribui para tornar as aulas mais dinâmicas e inclusivas. A comunicação visual, característica das línguas de sinais, favorece a participação dos estudantes e estimula diferentes formas de interação pedagógica. Dessa forma, a escola deixa de ser um espaço de mera adaptação e transforma-se em um ambiente de valorização das diferenças, de respeito à diversidade linguística e de promoção da equidade educacional.

Outro aspecto de grande relevância refere-se ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes surdos. Diversas pesquisas demonstram que o acesso precoce à língua de sinais favorece o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da memória e das capacidades de abstração. Quando a criança surda encontra na escola um ambiente onde a Libras é valorizada e utilizada adequadamente, ela tem maiores

oportunidades de desenvolver plenamente suas habilidades intelectuais e ampliar sua compreensão do mundo que a cerca.

Além de contribuir para a aprendizagem, a Libras desempenha papel fundamental na construção da identidade da pessoa surda. A língua é um dos principais elementos constitutivos da cultura e da identidade de qualquer grupo social. No caso da comunidade surda, a Libras representa muito mais do que um instrumento de comunicação; ela expressa valores, tradições, experiências históricas, formas de interação e modos particulares de perceber e interpretar a realidade. Por meio dela, os surdos compartilham conhecimentos, fortalecem vínculos comunitários e constroem um sentimento de pertencimento cultural.

Nesse sentido, a presença da Libras no ambiente escolar fortalece a autoestima dos estudantes surdos, promove o reconhecimento de sua identidade e contribui para a valorização de sua cultura. Quando a escola reconhece e respeita a língua de sinais, transmite uma mensagem importante: a de que a diferença não deve ser vista como limitação, mas como uma característica legítima da diversidade humana. Esse reconhecimento tem impacto direto na formação pessoal dos estudantes, favorecendo seu desenvolvimento emocional e social.

Outro aspecto relevante diz respeito à promoção da inclusão. A utilização da Libras em sala de aula beneficia não apenas os alunos surdos, mas toda a comunidade escolar. Quando professores, estudantes e demais profissionais têm contato com essa língua, ampliam sua compreensão sobre a diversidade humana e desenvolvem atitudes mais respeitosas,

empáticas e inclusivas. A convivência com a Libras favorece a construção de uma cultura escolar baseada no diálogo, na cooperação, no respeito mútuo e na valorização das diferenças.

A presença da Libras também possibilita que estudantes ouvintes desenvolvam novas formas de comunicação e ampliem sua percepção acerca da pluralidade linguística existente na sociedade. Dessa maneira, a escola cumpre uma de suas funções mais importantes: formar cidadãos conscientes, capazes de conviver harmoniosamente com a diversidade e de atuar na construção de uma sociedade mais justa e acessível.

A efetivação dessa proposta, entretanto, exige investimentos contínuos na formação docente. Para que a inclusão aconteça de maneira efetiva, é fundamental que os professores compreendam as especificidades linguísticas dos estudantes surdos e desenvolvam estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades. O conhecimento da Libras, aliado à compreensão da cultura surda, permite que os educadores atuem de forma mais segura, eficiente e sensível diante dos desafios da educação inclusiva.

Nesse contexto, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação assume papel estratégico. Não basta apenas garantir a presença de intérpretes; é necessário que toda a comunidade escolar esteja preparada para acolher os estudantes surdos e promover sua participação ativa em todas as atividades escolares. A inclusão verdadeira depende de uma mudança de postura institucional, baseada no compromisso com a igualdade de oportunidades e com o respeito aos direitos linguísticos da comunidade surda.

Portanto, a presença da Libras em sala de aula representa um avanço significativo na construção de uma educação mais democrática, acessível, inclusiva e socialmente comprometida. Ao garantir o acesso ao conhecimento por meio da língua natural da comunidade surda, a escola contribui para o desenvolvimento acadêmico, social, cultural e emocional desses estudantes. Mais do que cumprir uma determinação legal, valorizar a Libras significa reconhecer direitos, promover cidadania, fortalecer identidades e construir um ambiente educacional em que todos tenham oportunidades reais de aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades.

Em uma sociedade que busca consolidar os princípios da inclusão e dos direitos humanos, a Libras ocupa posição central na promoção da igualdade e da justiça social. Sua presença em sala de aula simboliza o reconhecimento da diversidade linguística brasileira e reafirma o compromisso da educação com a construção de espaços mais humanos, acessíveis e acolhedores. Nesse sentido, a Libras consolida-se como um instrumento fundamental para a efetivação da inclusão, para o fortalecimento da cidadania das pessoas surdas e para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural, democrática e igualitária.

Bibliografia

ALMEIDA, Magno Pinheiro de. História de Libras: Característica e sua estrutura. **Revista Philologus**, ano 18, n. 54, Suplemento, p. 315-327, 2012.

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. **Introdução à Libras**: língua, história e cultura. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

BARBOSA, Leonarlley Rodrigo Silva. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Polyphonía**, v. 22, n. 1, p. 173-188, jan.-jun., 2011.

BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Ana Cláudia P. Teixeira. **O surdo**: este desconhecido – incapacidade absoluta do surdo-mudo. Rio de Janeiro: Oficina Folha Carioca Editora Ltda., 1995.

BARROS, Eudenia Magalhães. Mobilizações políticas e o movimento surdo: sobre os (novos) arranjos das ações coletivas contemporâneas. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos/Expandido Fronteiras. Natal, 03 a 06 de agosto de 2014. **Anais**...

BRADDOCK, David L.; PARISH, Susan L. An institutional history of disability. In: G. Albrecht; K. Seelman; M. Bury (Eds.). **Handbook of disability studies**. New York: Sage, 2001.

CARDOSO, Luana da Luz; HEROLD JÚNIOR, Carlos. Educação e surdez na década de 1950 no Brasil: Um panorama

histórico acerca de Ana Rímoli de Faria Dória. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 68, p. 138-156, jun., 2016.

DAWES, Tathianna P.; LEITÃO, Gabriela B. Neumann; LOPES, Cássia Larissa. Educação interdisciplinar: Libras, surdez e inclusão social. Revista Aleph, n. 36, p. 223-245, jul., 2021.

DUARTE, Soraya Bianca Reis; CHAVEIRO, Neuma; FREITAS, Adriana Ribeiro de; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde**, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, out.-dez. 2013.

FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. Um breve relato histórico do ensino de Libras no Brasil. SIMEDUC, 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, Maceió, 24 a 26 de março de 2021, **Anais**...

GAIMARD, Manon. **LIS e LSF: Due lingue dei segni a confronto [Analisi storica, legislativa e linguística]**. Tesi di laurea in Lingua Italiana Dei Segni I. Corso di Laurea Magistrale in Interpretazione. Scuola di Lingue e Letterature, Traduzione e Interpretazione, Sede di Forlì. Bolona (Itália): Alma Mater Studiorum Università di Bologna, 2014.

ISLAM, Sirajul; SAMSUDIN, Sofiah. People with Special Needs in Ancient Societies: A comparative Study between few Early Philosophers and Islam. **International Journal of Scientific and Research Publications**, v. 10, n. 5, p. 324-330, May 2020.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai.-ago., 2006.

LIMA, Clevisvaldo Pinheiro; LOPES, Maraisa. Oralismo e implante coclear: memória e (re) atualização. **Diálogos Pertinentes - Revista Científica de Letras**, v. 16, Dossiê Temático, p. 220-239, 2020.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/2005. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

MENEZES, Ronny Diógenes. Libras: Uma reflexão a respeito do histórico de uso do termo. **Revista Artes e Inclusão**, v. 15, n. 2, p. 125-144, abr.-jun., 2019.

MOREIRA, Gabriela Maffei; PALAZZO, Tatiana. **Tópicos em Libras**: surdez e inclusão. Rio de Janeiro: SESES, 2017.
MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: REVINTER/FAPESP, 2000.

_____; HARRISON, Kathryn M. Pacheco. A inclusão do surdo na universidade - mito ou realidade? **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 26, p. 333-357, 2010.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas**: o que se vê, o que se ouve. Lisboa, 2012.

NEVES, Josélia Gomes; RAHME, Mônica Maria Farid. Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas: desafios e

perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 429-446, 2019.

NIESS, Luciana Toledo Távora; NIESS, Pedro Henrique Távora. **Pessoas portadoras de deficiência no direito brasileiro**: doutrina e legislação. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

OLIVEIRA, Laralis Nunes de Sousa; SILVA, Gisele Oliveira da. **Libras**. Natal: IFRN, 2014,

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomudez**. Barcelona: Científico-Médica. 1978.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa e a educação de surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMOS, Célia Regina. Histórico da FENEIS até o ano de 1988. In: **Histórico da FENEIS até o ano de 1988**. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2004.

ROCHA, Solange Maria da. A criação de uma escola para surdos no Brasil do século XIX. In: **O INES e a educação de Surdos no Brasil**. Rio de Janeiro. 2008.

_____. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos**: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC, 2009.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; NAVES, Rozana Reigota. Biliguismo dos surdos: Libras e português L2 (escrito) no contexto educacional. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 393-412, 2021.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS, José Ozildo dos; SOUSA, José Givaldo de; SILVA, Adailton Ramos da; SALVIANO, Duane Emília da Nóbrega; PAIXÃO, Ezequiel Adney Lima da. **Língua brasileira de sinais em debate**. Campina Grande-PB: GEASE, 2024.

SCHLINDWEIN, Ana Flora; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; COSTA, Edivaldo da Silva BARBOSA, Mônica de Gois Silva. **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. São Cristóvão-SE: UFS/CESAD 2021.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos Di; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. História das pessoas surdas: Da exclusão à política educacional brasileira atual. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Caderno de formação**: formação de professores (didática dos conteúdos). São Paulo: UNIVESP, 2012.

SILVA, Claudionir Borges da. **Cenário armado, objetos situados**: O ensino de geografia na educação de surdos.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SILVA, Giselli Mara da. O bilinguismo dos surdos: acesso às línguas, usos e atitudes linguísticas. **Revista Leitura**, v. 58, p. 124-144, 2018.

SILVA, José Matheus Pinheiro da Fonseca da; GONZALES, Kátia Guerchi. Percurso histórico da educação de surdos no Brasil. 5º ENAPHEM - Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática, Natal, 07, 14, 21 e 28 de novembro de 2020. **Anais**...

SILVA, Otto Marques da. **A época ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Caderno Cedes, 1986.

SILVA, Silvana Marques da; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ROSA, Gabriel Artur Marra e. A identidade e a subjetividade cultural surda em vistas à inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 56, p. 661–674, 2016.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológica em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. A surdez: um olhar sobre as diferenças. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 105-120, abr. 2000.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas- SP: Autores Associados, 2005.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; REILY, Lucia Helena. Companheiros de infortúnio: a educação de "surdos-mudos" e o repetidor Flausino da Gama. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set.-dez., 2011.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos**: vestígios não registrados na história. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianopólis: UFSC, 2008

_____. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

_____. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (org.). **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na educação bilíngue de surdos**: da educação infantil ao ensino superior. Vol. 1. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2021.

O autor

José Givaldo de Sousa é doutor em Filosofia da Educação, doutorando em Educação Inclusiva e mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade.

Possui formação em Pedagogia, Filosofia, Educação Física e Letras Libras, além de especializações nas áreas de Educação Inclusiva, Libras, Tradução e Interpretação de Libras, Supervisão Educacional e Pedagogia Universitária.

Atua como professor, pesquisador e tradutor/intérprete de Libras, desenvolvendo trabalhos voltados à educação inclusiva, formação de professores, acessibilidade comunicacional e cultura surda.

Tem experiência em instituições de ensino superior e na educação básica, dedicando-se à pesquisa e à promoção da inclusão de pessoas surdas por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Professor na Prefeitura Municipal de João Pessoa e UNIFACISA; tradutor interprete de Libras da UFPB (Campus Areia), é autor de vários livros na área de Inclusão Escolar.

GEASE